

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 046/2024
Data: 22/05/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
SERVIDORES FEDERAIS E GOVERNO DISCUTEM PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL	4
SETOR DE CAFÉ DEBATE INOVAÇÃO E CONSUMO EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM SANTOS	5
REUNIÃO SOBRE PERSEGUIÇÃO DE TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS NA DITADURA NÃO TEM ACORDO	7
NAVIOS TÊM METAS PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO	8
MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA	9
ENERGIA SOLAR TEM 11 CONSÓRCIOS DA V.TAL, ATIAIA E ATLAS: CONHEÇA O NEGÓCIO	9
AZUL E GOL OFERTARÃO MAIS DE 40 VOOS PARA AL EM JULHO.....	11
CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA (CTC) VAI ABRIR 5 POLOS DE PESQUISA NO NE.....	12
RAQUEL, NA MARCHA DOS PREFEITOS, DESTACA INVESTIMENTOS NOS MUNICÍPIOS.....	13
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	15
COSTA FILHO APRESENTA PLANO DE EXPANSÃO DA AVIAÇÃO REGIONAL AO PRESIDENTE LULA	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – INICIATIVA SUSTENTÁVEL	16
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Mudanças climáticas colocam em risco 35% das cidades do Brasil.....</i>	<i>16</i>
<i>Aéreas vão começar a operar em Canoas (RS) na próxima semana.....</i>	<i>17</i>
<i>Porto de Santos apoiou a ditadura nos anos 60 e 70, diz MPF.....</i>	<i>17</i>
NACIONAL - DEBATEDORES QUEREM MESMAS REGRAS PARA PORTOS PÚBLICOS E TUPS.....	17
PRAZO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A CEPOROS TERMINA NESTA SEXTA-FEIRA	18
REGIÃO SUL - PORTO DE PELOTAS RETOMA OPERAÇÕES APÓS DUAS SEMANAS	19
NACIONAL - CONAB SUSPENDE LEILÃO PARA COMPRA DE ARROZ POLIDO	19
NACIONAL - SETOR SOLIDÁRIO.....	20
REGIÃO NORDESTE - DELEGAÇÃO CHINESA VISITA A BAHIA VISANDO PARCERIAS NOS PORTOS	20
REGIÃO NORDESTE - ZPE DO CEARÁ CONCLUI ALFANDEGAMENTO DE ÁREA PARA O HUB DE HIDROGÊNIO VERDE	21
REGIÃO NORTE - SUPER TERMINAIS INVESTE EM REBOCADORES 15% MENOS POLUENTES	22
REGIÃO SUDESTE - SEMINÁRIO EM SANTOS PROMETE DISCUTIR TODOS OS TEMAS LIGADOS AO CAFÉ.....	23
SEM CATEGORIA - DEBATES SOBRE EQUIDADE E INCLUSÃO MARCAM 1ª EDIÇÃO DO PORTO DIVERSO	24
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	25
PL QUE CRIA O ONS DOS COMBUSTÍVEIS É PROTOCOLADO NA CÂMARA	25
VAST DIVERSIFICA TANCAGEM DE COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS DE OLHO NA DESCARBONIZAÇÃO DE NAVIOS.....	27
JORNAL O GLOBO – RJ.....	28
GOVERNO ADOTA PIX PARA FGTS, TAXAS E IMPOSTOS E PAGA MENOS TARIFAS BANCÁRIAS	28
ENTREVISTA: GOVERNO ESPERA QUE A PRESIDENTE DA PETROBRAS TENHA 'CORAGEM PARA FAZER ACONTECER', DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA.....	31
CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA APROVA LEI DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, COM REGULAÇÃO DA NOVA TECNOLOGIA	34
NOVO DOCUMENTÁRIO EXPÕE “BOMBA RELÓGIO” DA PREVIDÊNCIA	35
PRESIDENTE DO BNDES QUER TAXAS MENORES PARA LINHA DE CRÉDITO PARA RECONSTRUÇÃO DO RS	36
PARCERIA LEGISLATIVO E EXECUTIVO ESTÁ FUNCIONANDO BEM, DIZ HADDAD EM AUDIÊNCIA A DEPUTADOS NA CÂMARA ..	36
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	38
CAIXA TEM FALTA DE RECURSOS PARA ATENDER CRESCIMENTO DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO EM 2025	38
LIRA DÁ PRAZO DE 60 DIAS PARA GRUPOS DE TRABALHO DA REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA	40
HADDAD DIZ QUE PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO CUMPRIU AS EXPECTATIVAS E QUE INFLAÇÃO ESTÁ CONTROLADA.....	41
OPINIÃO - GOVERNO TRABALHA EM TRÊS TEMAS PARA GARANTIR ENERGIA LIMPA E TARIFA JUSTA	42
VALOR ECONÔMICO (SP).....	43
FT/ANÁLISE: INVESTIDORES VIVEM FESTA ANTES DO CHOQUE DE REALIDADE DO MÉXICO	43
EM TEMPOS DE DESCARBONIZAÇÃO, O CAMINHO É O ‘POWERSHORING’	45
COMPANHIAS AÉREAS VOLTAM A VOAR PARA RS USANDO BASE EM CANOAS	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	48
PROJETO PROÍBE EMPRESAS DE CONCEDER FÉRIAS A TRABALHADOR MARÍTIMO DURANTE PERÍODO DE FOLGA	48
INFRA S.A. SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PELT DE SANTA CATARINA.....	49
INFRA S.A. PUBLICA EDITAL PARA CONTRATAR CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA	50



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 046/2024
Página 3 de 58
Data: 22/05/2024
www.mercoshipping.com.br
mercoshipping.com.br

PORTO DE FORTALEZA REINICIA OPERAÇÕES COM LINGOTES DE ALUMÍNIO	51
DIRETORIA COLEGIADA PERMITE ALTERAÇÃO SOCIETÁRIA DO CONTRATO PROVISÓRIO DO PORTO DE ITAJAÍ (SC).....	51
MOVIMENTO ACUMULADO DO PORTO DE SANTOS CRESCE 13,5% E ATINGE 57 MILHÕES ATÉ ABRIL	52
FMM TEM 'BOOM DE NOVOS PROJETOS', AFIRMA DINO BATISTA	53
TECNOLOGIA E TREINAMENTOS SÃO DESAFIOS PARA CIBERSEGURANÇA NOS PORTOS.....	53
EMBARCAÇÃO MOVIDA A HIDROGÊNIO RECEBE APROVAÇÃO DA GUARDA COSTEIRA AMERICANA.....	54
MAERSK PEDE À UE UMA DATA FINAL PARA CONSTRUÇÕES BASEADAS EM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS.....	55
TRANSNORDESTINA: EDITAL DA INFRA S.A. PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETO RECEBE NOVE PROPOSTAS.....	56
ARTIGO - SALDO DE ICMS DECORRENTE DE EXPORTAÇÃO - BENEFÍCIOS PARA EMPRESAS EXPORTADORAS	56
TCP E CLIMATEMPO RENOVA PARCERIA PARA MONITORAMENTO DE CONDIÇÕES CLIMÁTICAS NA BAÍA DE PARANAGUÁ ...	58
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	58
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	58



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SERVIDORES FEDERAIS E GOVERNO DISCUTEM PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL

Paralisação de atividades de liberação de cargas no Porto de Santos preocupa empresas de navegação

Por: ATribuna.com.br



Na última sexta-feira, houve ato público em frente à Alfândega da Receita Federal no Porto de Santos Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) lidera um movimento em todo o País em defesa de reajuste salarial, equiparação de carreiras, aumento de efetivo por concurso público e valorização das agências reguladoras - muitas delas em atuação no Porto de Santos. A terceira rodada de negociações está agendada para às 11 horas desta quarta (22), na sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em Brasília. Os dirigentes esperam que o Governo Federal apresente uma proposta que será submetida à avaliação em assembleia nas bases sindicais.

O presidente do Sinagências, Fábio Rosa, disse que os salários dos servidores estão defasados desde 2015. “Nós passamos por um congelamento salarial, enquanto a inflação continuou avançando. O último acordo com o Governo Federal foi feito em 2015. Nós recebemos parcelas em 2016 e em 2017, mas ficamos sem nada até 2023. No ano passado, houve um reajuste linear para todas as categorias, mas nós reivindicamos o acumulado desse período”.

Segundo Rosa, outra reivindicação é pela abertura de concurso público. “As agências reguladoras perderam muito pessoal nesse período, o que está afetando demais a nossa capacidade de prestar serviço à população. De 2016 para cá, nós perdemos um servidor de agência por dia útil”, afirmou.

“Nesse período, a economia cresceu e a necessidade de ter fiscais da Anvisa nos Portos para fiscalizar as importações e a circulação de mercadorias aumentou muito, e nós perdemos muitos servidores. Os que temos estão sobrecarregados. Então, nós reivindicamos reajuste salarial, equiparação de carreiras e o fortalecimento e valorização das agências reguladoras”, salientou Rosa.

A mobilização iniciou no último dia 8 e integra a “Operação Valoriza Regulação”, aprovada pela categoria em assembleia nacional. Caso os pleitos não sejam atendidos, uma greve nacional poderá ser deflagrada.

Manifestação

Na última sexta-feira, dirigentes do Sinagências e de outras bases sindicais realizaram um ato público em frente à Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Santos com o objetivo de chamar atenção para a causa. Na sequência, se reuniram com representantes do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar).

O diretor-executivo do Sindamar, José Roque, expressou a sua preocupação quanto aos impactos na cadeia de exportação e de importação caso haja suspensão das análises e inspeções de mercadorias.

“Fizemos uma reunião com os líderes e eles alertaram sobre as consequências caso parem as atividades. A nossa preocupação é os navios não atracarem e não serem feitas as inspeções

sanitárias (pela Anvisa)”, disse Roque, apontando que a paralisação das operações de mercadorias pode gerar prejuízos milionários à cadeia de comércio exterior.

“Quanto ao Mapa, o receio é de suspensão das inspeções fitossanitárias e análise de madeiras, liberação de frutas e outros gêneros alimentícios na importação. Na importação, ocorre a inspeção em amostra de granel. Já na exportação, a inspeção é no porão. Enquanto não houver inspeção, o navio não é autorizado a iniciar a operação de embarque e desembarque”, explicou Roque.

Roque concorda que é necessário concurso público para aumentar o efetivo em todos os órgãos anuentes, como a Anvisa, Antaq e Mapa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/05/2024

SETOR DE CAFÉ DEBATE INOVAÇÃO E CONSUMO EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM SANTOS

Evento começou nesta terça-feira (21)

Por: Gabriel Fomm



Evento, aberto na noite desta terça-feira (21), terá apresentação de pesquisas, novas tecnologias e feira de negócios Foto: Alexander Ferraz/AT

Pela primeira vez em Santos, o 24º Seminário Internacional do Café deu largada aos trabalhos na noite desta terça-feira (21) com a cerimônia de abertura no centro de convenções da Ponta da Praia. O evento é realizado pela Associação Comercial de Santos (ACS) e conta com cerca de 700 participantes de 25 países.

Considerado um dos maiores eventos de café do mundo, o seminário começou às 19 horas e inicialmente foi a oportunidade dos participantes, envolvidos no mercado cafeeiro, se relacionarem e criarem conexões. Afinal, todos eles estão envolvidos em parte da cadeia de comercialização do produto.

Além disso, o seminário terá a apresentação de estudos e pesquisas sobre o mercado mundial do grão, novidades tecnológicas na produção, colheita e entre outros assuntos para o setor ao longo da semana. O encontro contará também com uma feira de negócios, com a qual os participantes poderão conhecer as últimas novidades em equipamentos, insumos e tecnologias do agronegócio.

Mais de 70% do café exportado pelo Brasil passam pelo Porto de Santos, conforme explicou o gerente executivo da ACS, Eduardo Lopes. Por esse motivo, a entidade organizadora antecipou as atividades do seminário oferecendo para os participantes e convidados uma visita para conhecerem melhor a infraestrutura do complexo portuário santista.

Ao todo, 48 profissionais de nacionalidades diversas entraram em uma embarcação para fazer uma visita guiada pelo canal do Porto em parceria com a Autoridade Portuária de Santos (APS) e tradução simultânea para o inglês. As vagas foram esgotadas para a visita. “Quem vende o café quer saber como ele é embarcado e quem compra quer saber como ele sai do Brasil”, explica Lopes.

Logística

“É uma curiosidade natural conhecer a logística aplicada para o café”, alega o gerente executivo da ACS, destacando a importância de entender o processo cafeeiro que acontece no Porto e que, em determinado momento da visita, os guias explicaram o caminho que o produto faz até chegar ao navio.



Lopes chama a visita de “esquenta” para o seminário, porque é o primeiro passo para que os representantes se conheçam, apresentem suas empresas e façam conexões entre as linhas de produção, enquanto também são apresentados à história do complexo portuário e aos investimentos que estão em andamento, como o túnel Santos-Guarujá, o Aeroporto de Guarujá e o Parque Valongo.

“É nítido que houve interesse (dos participantes na visita), em particular nos terminais de contêineres onde o café é embarcado, mas eles queriam conhecer o Porto de Santos. Tanto é que pedimos que viesse alguém da Autoridade Portuária que pudesse dar informações além das operacionais”, comenta.

Agronegócio

O 24º Seminário Internacional do Café terá extensa programação. Nesta quarta, a primeira apresentação será a do economista Ricardo Amorim, às 10h, com o tema Economia brasileira e mundial e o agronegócio em 2024.

Às 11h, acontecerá a palestra Apex Brasil Promoção Sustentável das Exportações do Café Brasileiro, com o gerente do Agronegócio da Apex Brasil, Laudemir Muller. Às 11h30, começa o tema Desafios para o Futuro, com a diretora-executiva da Organização Internacional do Café (OIC), Vanússia Nogueira.

O evento discutirá, às 13h30, o tema Infraestrutura: impactos na movimentação de cargas pelo Porto de Santos, com a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori; o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery; o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini; o diretor-presidente da MSC, Elber Alves Justo; o presidente da ACS, Mauro Sammarco; e o gerente administrativo da Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), Ronald Moraes.

Às 15h45, acontecerá o Painel Serasa: A rastreabilidade do café brasileiro, com o diretor de Novos Negócios em Agribusiness da Serasa Experian, Joel Risso.

Às 16 horas, acontece o painel O excedente atual é suficientemente grande para satisfazer as necessidades do mercado?, com o diretor-geral na Ecom Agroindustrial, Teddy Esteve; o diretor-geral de Café da Volcafé, Trishul Mandana; o diretor global da Plataforma de Café da Louis Dreyfus Company, Ben Clarkson, e do presidente da Cooxupé, Carlos Augusto.

A programação prossegue nesta quinta (23), às 9h, com o painel Inovação para navegar num futuro climático desafiador e IA na agricultura. A agenda completa pode ser conferida no site cafeseminario.com.br.

Conhecendo o canal do Porto de Santos

Em visita ao Brasil pela primeira vez para participar do Seminário Internacional de Café, o representante de vendas da Maersk Marco Weisskopf, de 33 anos, é morador da Suíça e diz ter aproveitado o roteiro pelo canal do Porto e que, graças ao evento, finalmente terá a oportunidade de conhecer clientes do ramo cafeeiro.

Com atuação na importação, Weisskopf alega ter ficado maravilhado e, como a Suíça não possui área portuária, o passeio fez com que o europeu pudesse ver pessoalmente parte do processo que envolve seu trabalho. “É absolutamente incrível. Eu realmente aproveitei essa visita ao Porto”.

Para Weisskopf, a melhor parte da visita foi poder ver pessoalmente os navios porta-contentores – que transportam contêineres – pois é parte de seu trabalho e agora de sua vida. O europeu também destaca importância do seminário para conhecer todo o complexo do café e representar a companhia em que trabalha.

O CEO do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos, tem uma rotina de contato com o Porto de Santos. Porém, o paulista de 43 anos ressalta que, diferentemente das outras visitas, desta vez conseguiu ter um olhar aprofundado de todo o complexo portuário.

“O olhar de uma dinâmica de um porto com seus números consolidados, de atracações, da complexidade das estruturas, da diversidade de produtos e insumos. Então, a grandiosidade desse canal nós tivemos a dimensão por causa desse evento”, comenta o executivo.

Matos afirma que não só o café é crescente em números, como também o agronegócio brasileiro. Sendo assim, completa ele, observar a estrutura portuária é uma forma de entender a complexidade dela e pensar no futuro, além de entender como os terminais buscam mais e maior eficiência operacional.

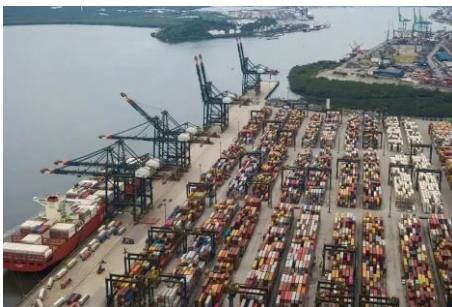
Para o CEO do Cecafé, essas são mensagens positivas de compromisso que o Brasil assume perante o comércio internacional.

Simultaneamente, outros participantes do seminário também tiveram a oportunidade de conhecer a Vila Belmiro, visitando as instalações do Santos. Cada integrante teve a opção de escolher o local de visita.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 22/05/2024

REUNIÃO SOBRE PERSEGUIÇÃO DE TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS NA DITADURA NÃO TEM ACORDO

MPF pede reparação de danos por “intensa colaboração” com a repressão da ditadura
Por: ATribuna.com.br



APS disse que “não há qualquer conclusão” sobre possíveis reparações
Foto: Divulgação/Porto de Santos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) disse nesta terça-feira (21), em nota, que “não há qualquer conclusão” sobre possíveis reparações, como indenizações, a trabalhadores portuários perseguidos e torturados com aval da administração portuária durante a ditadura militar. A manifestação ocorreu após o presidente da APS, Anderson Pomini, participar de reunião sobre o tema no Ministério Público Federal (MPF).

O MPF pede reparação aos portuários pelos danos causados por uma “intensa colaboração” da administração do Porto de Santos com a repressão da ditadura militar. Um inquérito do MPF, baseado em milhares de documentos e diversos depoimentos, demonstra que, entre 1964 a 1985, gestora portuária manteve vínculo estreito com os órgãos do regime militar, coordenando a perseguição a trabalhadores e coibindo atividades sindicais.

Diante das constatações, o Ministério Público pretende que APS assuma o compromisso de reparar os prejuízos ocasionados tanto às vítimas dessas perseguições quanto à sociedade.

A situação teria começado em 1964 com a Companhia Docas de Santos (CDS), entidade privada, e continuou quando a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) assumiu, em 1980.

Ao assumir o comando do porto, a Codesp herdou e deu prosseguimento a um sistema repressivo interno criado por sua antecessora, explicou o MPF.

As investigações revelam que a CDS arquitetou uma estrutura de policiamento interior no Porto de Santos para monitorar todas as movimentações dos empregados. As ações, inicialmente

preventivas, ganharam contornos de repressão principalmente a partir de 1966, quando foi criado o Departamento de Vigilância Interna (DVI).

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 22/05/2024

NAVIOS TÊM METAS PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO

BNDES tem linha de apoio à descarbonização

Por: *Ted Sartori*

A International Maritime Organization (IMO), organismo internacional responsável pela regulação do transporte marítimo, está definindo a aplicação de sanções e multas, por tonelada transportada, para os navios que não cumprirem metas estabelecidas para descarbonização.

A intenção da IMO é estimular a transição energética no mar. Diferentemente do Acordo de Paris, em que a adesão e as metas são voluntárias e definidas por país, no caso da IMO elas são impositivas e as multas serão aplicadas por embarcação.



Estão previstas aplicações de multas, por tonelada transportada, para os navios que não cumprirem metas exigidas para descarbonização Foto: Matheus Tagé/ AT

As metas de descarbonização já definidas para os navios são a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) entre 20% e 30% até 2030, de 70% a 80% até 2040 e zerar as emissões até 2050.

A medida vai ao encontro de uma declaração dada pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, no último dia 9 de maio. Mercadante falou sobre mudanças nos combustíveis para a navegação e a aviação. Ele disse que os navios que não descarbonizarem vão pagar multas, dentro de um olhar cada vez mais atento do mundo ao panorama do meio ambiente e suas implicações em todos os setores, incluindo o portuário.

Além dos armadores, a luta pela descarbonização impacta o conjunto do setor de navegação, dentre elas a indústria naval, infraestrutura portuária e corredores de comércio exterior, dentre outros.

Para colaborar nisso, o BNDES informou, em nota, que já lançou uma linha de apoio à descarbonização da frota, com redução na taxa de juros para projetos que comprovem a redução de, pelo menos, 30% nas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) com uso de tecnologias e combustíveis sustentáveis. “Sem subsídios, trata-se de redução de 0,2% em projetos de construção de novas embarcações, docagem e reparo, e de redução de 0,4% para modernização, conversão ou jumborização de embarcações”, afirma.

O BNDES também destacou que tem dado atenção para a chamada economia azul (ligada ao mar). “Lançamos o BNDES Azul, estamos financiando o planejamento espacial marinho brasileiro, estamos emitindo debêntures (títulos de crédito emitidos por empresas e negociados no mercado de capitais) em condições mais atrativas para infraestrutura portuária e o programa BNDES Mais Inovação está aberto para investimentos em inovação e digitalização ligados ao setor naval, com custo vinculado à taxa referencial (TR)”, explica.

Estudos para transição

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) faz, atualmente, um diagnóstico de como os portos brasileiros estão se preparando para a transição energética.

Esse estudo, em parceria com a Agência Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, vai identificar como os portos estão se preparando para receber as embarcações com combustíveis menos

poluentes e como está o suprimento de energia elétrica para as embarcações que vão fazer essas operações. Esse diagnóstico vai permitir um maior conhecimento de como está a infraestrutura portuária brasileira.

“Outro ponto que vai auxiliar na elaboração da regulação voltada para a descarbonização é o Inventário de Emissão de Carbono, que está em andamento. Esse é um item prioritário da nossa agenda ambiental. Com esse levantamento, será possível quantificar as emissões de carbono emitidos pelo setor e pelas empresas de navegação para que sejam tomadas medidas mais assertivas no sentido de atingir as metas do Acordo de Paris”, explica, em nota, a Antaq.

Somente após esses levantamentos, de acordo com o órgão, será possível concretizar como será feita a regulamentação da descarbonização e possível punição para quem descumprir as metas estabelecidas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/05/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ENERGIA SOLAR TEM 11 CONSÓRCIOS DA V.TAL, ATIAIA E ATLAS: CONHEÇA O NEGÓCIO

Fique por dentro de todos os detalhes da entrada da V.tal no setor de energia solar, seguindo a trilha das companhias de telecom

Por Fernando Ítalo



Energia solar: sob a gestão do CEO Amos Genish, V.tal entra na geração de renováveis, seguindo o caminho da TIM, Oi, Vivo, Algar e Um Telecom/Foto: V.tal

A companhia de telecom B2B V.Tal, sediada em São Paulo, vai seguir o caminho de outras operadoras do setor e entrar no segmento de renováveis. A participação na produção de energia solar vai se dar por meio de consórcios com a pernambucana Atiaia (Grupo Cornélio Brennand) e Atlas Renewable Energy, braço do fundo Global Infrastructure

Partners (GIP). Os valores envolvidos no negócio não foram divulgados.

Essas operações já têm o aval, sem restrições, da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que aprovou os acordos na segunda-feira (20), em Brasília.

Como a V.tal não é do setor elétrico e os consórcios terão menos de 10% do mercado de energia após a constituição, a superintendência do Cade entendeu que as associações não oferecem riscos à concorrência no segmento.

“A operação não possui o condão de acarretar prejuízos ao ambiente concorrencial, recaindo na hipótese de procedimento sumário”, diz a SG.

Os consórcios de energia solar da V.tal, após o sinal verde do Cade, dependem agora da aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Outros players de telecomunicações que estão investindo na área de renováveis são a Um Telecom e Connectoway (ambas de Pernambuco), TIM, Claro, Oi, Vivo, Algar e Ligga (PR).



Os objetivos desses negócios vão desde a redução de custos com eletricidade por meio de geração própria – como no caso da Algar e Um Telecom – até a descarbonização de processos, venda de energia para terceiros e fornecimento de equipamentos (como na Connectoway).

Entenda a parceria da V.tal e Atiaia na energia solar

A entrada da V.tal na geração de energia solar visa o abastecimento de suas próprias instalações. Serão criados dois consórcios entre uma empresa do grupo de telecom e as subsidiárias Sol do Agreste Geração de Energia Ltda. e Solar do Nordeste Energia Renovável Ltda, ambas da Atiaia.

De acordo com a V.tal, esses acordos “irão viabilizar o projeto de autoprodução de energia elétrica para futura exploração compartilhada”.

Integram a parceria as usinas Sol do Agreste I, IV e V. Os empreendimentos fazem parte de um complexo fotovoltaico localizado nos municípios de Tacaimbó e São Caetano, no Agreste de Pernambuco.

Com a Atlas, a V.tal terá nove consórcios de autoprodução de energia solar. O acordo é referente às usinas instaladas no complexo fotovoltaico localizado nas cidade mineiras de Arinos e Buritizeiro.

O que a V.tal diz sobre os consórcios de energia solar?

Por meio de nota, a V.tal “confirma que está em curso a constituição de consórcios, com as empresas Atlas Renewable Energy e Atiaia Renováveis, como parte de um projeto de autoprodução de energia elétrica”.

A operadora acrescenta que “a energia produzida será utilizada exclusivamente para atender às necessidades de suas operações como empresa de soluções de infraestrutura digital”.

O que diz a Atiaia sobre a operação?

Também por meio de nota, a Atiaia Renováveis “confirma que está em curso a constituição de um contrato no modelo de autoprodução de energia elétrica com a empresa V.tal”.

O posicionamento ressalta que “o contrato referido passará ainda pela aprovação das autoridades competentes para garantir que ele seja implementado de acordo com as melhores práticas dentro das normas estabelecidas”.

Tanto a Atlas como a Atiaia afirmaram, no processo junto ao Cade, que “os contratos são oportunidades relevantes de negócio na área em que atuam”.

Quem são os parceiros desse negócio?

Fundada em 2021 e controlada por fundos do BTG Pactual, a V.tal atua no segmento de infraestrutura de redes – incluindo o modelo de redes neutras e atacado de fibra ótica – para operadoras do setor e provedores de internet. A empresa surgiu do desmembramento das divisões da Oi, em seu processo de recuperação judicial.

Além da infraestrutura de fibra ótica terrestre, a companhia conta com 26 mil quilômetros de cabos submarinos que ligam o Brasil à Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, Bermudas e Estados Unidos e data centers nos mercados brasileiro e colombiano.

Já a Atiaia, com sede no Recife e base de relações com clientes em São Paulo, foi criada em 2004 e atua no segmento de energias renováveis, por meio de empreendimentos hidráulicos, solares e eólicos.

A empresa tem 13 usinas em operação e 3 em pré-operação em cinco estados: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco. A capacidade total desses projetos é de 421 megawatts.

A Atlas Renewable Energy, no mercado desde 2017, é controlada por um dos principais gestores independentes de fundos de infraestrutura no mundo. O GIP detém US\$ 84 bilhões sob gestão, com

uma carteira na área de energias renováveis que totaliza 19 gigawatts (GW) de capacidade, entre empreendimentos em operação e construção.

Na América Latina, a Atlas soma 5 GW de capacidade nas suas usinas, localizadas no Brasil, Colômbia, Chile e México.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 22/05/2024

AZUL E GOL OFERTARÃO MAIS DE 40 VOOS PARA AL EM JULHO

Voos virão para Alagoas de 16 destinos nacionais, além de Argentina e Uruguai

Por Vanessa Siqueira



Azul será responsável pela maioria dos voos nacionais que chegarão a Alagoas no mês de julho. Foto: Thiago Sampaio Setur/AL

As companhias aéreas Azul e Gol serão responsáveis por trazer a Alagoas mais de 40 voos durante o mês de julho. A maioria dos voos será de trechos nacionais, mas haverá outros nove voos vindos da Argentina e do Uruguai.

A Azul será responsável por 30 voos nacionais que terão origem em 16 destinos: Cuiabá (MT), Campinas, Presidente Prudente, Bauru, Araçatuba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e São Paulo (SP), Belo Horizonte, Uberlândia e Ubá (MG), Rio de Janeiro (RJ), Goiânia (GO), Campina Grande (PB), Foz do Iguaçu (PR) e Recife (PE).

A Gol Linhas Aéreas também movimentará Alagoas com voos extras vindos da Argentina durante o mês de julho. Eles acontecerão nos finais de semana com previsão de dois a cada semana.

A companhia figura como uma das maiores companhias aéreas que opera no país e foi responsável por cerca de 35% de todos os voos operados no Aeroporto Zumbi dos Palmares, em 2023. Entre embarques e desembarques, foram mais de três mil voos operados em 2023. Já de janeiro a maio de 2024, a companhia aumentou em mais de 140 voos na malha regular, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Já a Azul retomará uma conexão que ficou parada durante 20 anos, estabelecendo a rota Maceió – Uruguai. O voo é fruto de uma parceria com as operadoras sul-americanas HiperViajes e Abtour, que também realizaram a operação entre os aeroportos uruguaios e alagoanos na Semana Santa, retomando a rota que estava parada há 20 anos. O voo está previsto para chegar a Maceió no dia 29 de junho e retornar a Montevideu no dia 6 de julho.

Para a secretária de Estado do Turismo de Alagoas, Bárbara Braga, o crescimento contínuo do fluxo turístico mostra a seriedade e todo o trabalho que a Setur tem realizado para colocar Alagoas como um dos principais destinos, mesmo em meses considerados de baixa temporada. Ela destaca que, cada vez mais, os viajantes têm interesse na diversidade turística do estado, independente da época do ano.



Gol trará argentinos para Maceió durante os fins de semana de julho, movimentando baixa temporada. Foto: Setur-AL/Divulgação

“Que Alagoas é uma potência, disso todos nós sabemos. O que tem feito a diferença é o trabalho diário, tanto de toda equipe da Setur quanto do Governo de Alagoas em geral, que tem fomentado de uma maneira estratégica e eficaz o turismo no nosso estado. Os números são prova disso. O nosso foco agora é trabalhar ainda mais para que, na alta temporada, os números sejam ainda maiores, para que possamos movimentar a rede

hoteleira, os restaurantes, gerando ainda mais emprego e renda para Alagoas”, afirmou a secretária.

Mais voos, turismo o ano todo

Além do crescimento do número da chegada de voos semanais no Aeroporto Zumbi dos Palmares para julho, considerado um mês de baixa temporada, também houve um aumento de 88% no número de assentos em relação ao mesmo período em 2023, o que reforça o posicionamento de Alagoas como um destino turístico de excelência, pronto para receber visitantes em todas as épocas do ano.

Segundo Bárbara Braga, a tendência, daqui para frente, é o destino Alagoas cada vez mais se posicionar como uma das principais referências turísticas do Brasil, com um aumento, inclusive, do fluxo de estrangeiros no estado. O número de estrangeiros cresceu 99% no primeiro bimestre de 2024, com cerca de três mil embarques e desembarques no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares nos meses de janeiro e fevereiro deste ano.

“De 2023 para cá, o destino Alagoas vem crescendo de uma forma muito positiva. O nosso turismo vem se destacando cada vez mais, afinal, além das praias maravilhosas, nós oferecemos outros pontos turísticos, incríveis para quem vem conhecer o nosso estado, além da nossa riquíssima gastronomia”, concluiu Bárbara Braga.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 22/05/2024

CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA (CTC) VAI ABRIR 5 POLOS DE PESQUISA NO NE

O CTC desenvolve novas variedades e tecnologias voltadas para o cultivo da cana de açúcar

Por Ângela Fernanda Belfort



CEO da CTC, César Barros, fala sobre o potencial do Nordeste para usar novas variedades de cana de açúcar. Foto: CTC/Divulgação

O renomado Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) vai abrir mais cinco polos de pesquisa em usinas do Nordeste, sendo dois em Alagoas, dois em Pernambuco e uma na Paraíba. A instituição lança a cada ano variedades mais produtivas da cana de açúcar e planeja colocar no mercado uma planta transgênica em 2034 entregue num formato de semente artificial que dobraria a produtividade da planta até 2044.

A instituição paulista está fechando as parcerias para aberturas destes polos de pesquisa que ficarão dentro de usinas nordestinas. “Fazer pesquisa no local é fundamental porque os tipos de solos são diferentes (apesar de ser a mesma região). Precisamos encontrar plantas mais adaptadas à região”, explica o CEO da CTC, César Barros. Hoje, o centro tem três polos de pesquisa na região: em Japungu, na Paraíba; em Coruripe, em Alagoas; e um em Camamu, na Bahia.

“Dobrar a produtividade significa que não vai precisar expandir tanto em área. Nenhuma cultura pode se dar ao luxo de ser pouca produtiva. A demanda por biocombustíveis é crescente. Somos otimistas também porque há um senso de urgência na descarbonização da economia”, resume o CEO da CTC, César Barros, citando vários produtos que podem ser desenvolvidos a partir do etanol, como o SAF – um combustível verde que será usado nos aviões – e até o hidrogênio verde.

Segundo números do CTC, há um aumento das variedades de cana cultivadas no Nordeste. Na safra 2013/2014, eram utilizadas apenas 8 variedades. Já na última moagem (2023/2024), esse número aumentou para 23 variedades. Para as próximas safras, a expectativa do CTC é lançar de 1 a 2 variedades por ano com variedades mais adaptadas à região. Segundo César, cerca de 70% dos custos para a produção de açúcar ou de etanol estão ligados ao cultivo da cana-de-açúcar. Os outros 30% são os custos ligados à indústria.

“A nossa intenção é trazer mais variedades adaptadas ao Nordeste. Temos uma participação modesta no mercado nordestino, que é interessante”, comenta César. A região colhe, em média, 50 milhões de toneladas da planta numa safra. Desse total, Alagoas apresenta, em média, 36% da área total colhida na região, enquanto Pernambuco registra, também na média, 27% da área colhida no Nordeste, segundo informações do CTC. Os dois Estados correspondem a mais de 60% de toda produção de cana do Nordeste.



Os laboratórios do CTC são especializados em desenvolver novas tecnologias para a cana de açúcar. Foto:CTC/Divulgação

Saiba mais sobre o CTC

Instalado em Piracicaba – no interior de São Paulo -, o CTC faz tecnologia para a cana de açúcar há 55 anos. A instituição também desenvolveu três variedades de organismos geneticamente modificados (Bt) utilizadas no combate a broca gigante, uma das principais pragas da região. “A tecnologia desenvolvida oferece o controle 24x7 e isso significa aplicar menos defensivos agrícolas durante o plantio”, comenta César.

A instituição também planeja lançar um produto que facilite o manejo das plantas daninhas usando a biotecnologia, além de planejar fazer uma semente artificial da cana de açúcar. “O plantio da cana ocorre há 500 anos de modo similar, enterrando um pedaço da planta”, afirma César, alegando que a semente também poderia acelerar o plantio dos canaviais, aumentando a produtividade. Segundo César, cerca de 70% dos custos para a produção de açúcar ou de etanol estão ligados ao cultivo da cana-de-açúcar. Os outros 30% são os custos ligados à indústria.

O CTC investe, anualmente, cerca de R\$ 200 milhões, o que corresponde a 50% da sua receita em 3 linhas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) que são as seguintes: melhoramento genético, biotecnologia e sementes sintéticas. A principal fonte de receita do centro são os royalties cobrados nos produtos desenvolvidos.

Em pouco mais de 10 anos, o centro fez investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões para aumentar a produtividade da cana. “Cerca de 40% da cana do mundo está no Brasil. Cabe a nós brasileiros promover pesquisas para aumentar a sua produtividade”, conta César.

A instituição tem um dos maiores bancos de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo, com mais de 4 mil variedades. “A cana transgênica é a melhor forma de controlar pragas e doenças”, afirma César.

Além de Piracicaba, a instituição tem laboratórios em Saint-Louis, no Missouri, nos Estados Unidos. A instituição tem 550 funcionários, dos quais 320 atuam na área de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), sendo que 140 pesquisadores tem o título de PhD.

*Com informações do CTC

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 22/05/2024

RAQUEL, NA MARCHA DOS PREFEITOS, DESTACA INVESTIMENTOS NOS MUNICÍPIOS

Na abertura da XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em Brasília, Raquel destacou a importância das pautas municipalistas

Por *Márcio Didier*



Governadora Raquel Lyra foi a Brasília e participou da abertura da Marcha dos Prefeitos Foto Divulgação

Durante a abertura da XXV da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, nesta terça-feira (21), em Brasília, a governadora Raquel Lyra destacou a importância das pautas municipalistas para a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento do Estado.

O evento contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vários governadores e centenas de prefeitos, que participarão dos debates até a próxima quinta-feira (23).

“Temos feito um trabalho em Pernambuco voltado ao fortalecimento dos municípios. Seja no cofinanciamento, na assistência social, no pagamento em dia na saúde, no trabalho da construção das creches ou nas entregas dos ônibus. Tudo isso para aliviar a vida do prefeito, que é muito pressionado na ponta para dar respostas, muitas vezes sem o dinheiro para fazer”, destacou Raquel Lyra.

A governadora acrescentou que, na Federação, ao longo do tempo, foi tirado o dinheiro dos municípios, concentrando na União.

“Esse trabalho de poder garantir recursos de volta é fundamental para as cidades e os estados. Estarei sempre presente na luta de todos os municípios para que possamos permitir que os cidadãos possam ser felizes no seu chão, que no final das contas se trata disso”, completou.



A governadora Raquel Lyra participou da abertura da Marcha dos Prefeitos Foto: Ricardo Stuckert/PR

Raquel e os municípios

Na semana passada, Raquel Lyra anunciou, pela primeira vez na história, que o Estado tomará a frente do processo de construção de unidades educacionais para a Primeira Infância, uma atribuição dos municípios.

Foi publicada, na última sexta-feira (17), a licitação para construção de 51 creches em todas as regiões do Estado. Neste primeiro bloco, 42 municípios foram contemplados com investimentos no valor de R\$ 282 milhões, divididos em nove lotes. Ainda na área da Educação, a gestão estadual entregou 182 ônibus escolares a municípios pernambucanos.

Já na assistência social, a gestão estadual pactuou, para 2024, R\$ 84,8 milhões junto aos municípios para fortalecer os serviços de assistência social e segurança alimentar e nutricional. É o maior investimento já previsto para os setores na história de Pernambuco.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), organizadora do evento, cerca de mais de 9,5 mil participantes são esperados neste ano.

“Quando existe um diálogo federativo respeitoso, existe avanço. Essa sempre será a chave. Tudo precisa ser bem acordado para que as cidades se mantenham fortes. É necessário ter parcerias para o melhor funcionamento da máquina pública municipal”, pontuou o presidente do CNM, Paulo Ziulkoski.

Presente na solenidade, o prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Fábio Aragão, destacou a relevância do evento.

“Viemos lutar pelos direitos das nossas cidades e, sobretudo, da população. A presença das principais autoridades aqui, faz com que nossas pautas sejam ouvidas, podendo obter êxito”, pontuou.

Presenças

Também estiveram presentes na solenidade o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; os presidentes do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco; e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira e ministros de Estado.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 22/05/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

COSTA FILHO APRESENTA PLANO DE EXPANSÃO DA AVIAÇÃO REGIONAL AO PRESIDENTE LULA

Ministro reforçou o compromisso do Governo Federal em alavancar o turismo nos municípios brasileiros por meio do modal aéreo



Reunião para debater plano de expansão da aviação regional - Foto: Ricardo Stuckert/PR

Principal indutor para o desenvolvimento econômico, social e turístico das regiões com maiores níveis de crescimento do país, a aviação regional tem sido uma das ferramentas utilizadas pelo Governo Federal para expandir o modal aéreo. Para debater o assunto e apresentar o plano de investimento em aeroportos regionais, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio

Costa Filho, se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representantes do grupo CCR.

Durante o encontro, Costa Filho apresentou os trabalhos que estão sendo executados à frente da pasta para conectar os pequenos e médios municípios aos grandes centros urbanos brasileiros. Uma das ações em andamento está sendo a requalificação dos aeródromos, por meio de execução de obras e melhorias em infraestrutura. Essa ação tem sido realizada em parceria com governos estaduais, municipais e a iniciativa privada.

Costa Filho afirmou que o setor aéreo tem um papel fundamental na agenda da economia brasileira, seja por meio do estímulo ao turismo como na criação de emprego e renda. “Nós estamos avançando com essa pauta, que além de ser um grande propulsor econômico tem o papel social. “Para cada 4 turistas que viajam no Brasil, nós estamos falando em um emprego que é gerado no país”, mencionou o ministro.

Uma das principais concessionárias do país, a CCR tem um projeto de expansão aeroportuário em andamento. Dos 17 aeroportos geridos pela empresa em 9 estados, 15 estão com obras de ampliação de infraestrutura. Ao todo, os investimentos alçados na modernização dos terminais somam 1,3 bilhão. O principal ciclo de investimentos da concessionária se deu após leilão de aeroportos realizado em 2021.

Além da gestão do aeroporto da Pampulha (MG), os demais sítios aeroportuários administrados pela empresa são: Curitiba (PR), Goiânia (GO), Navegantes (SC), Palmas (TO), São Luís (MA), Londrina (PR), Petrolina (PE), Pelotas (RS), Joinville (SC), Imperatriz (MA), Uruguaiana (RS), Teresina (PI), Bagé (RS), Foz do Iguaçu (PR) e Bacacheri (PR).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 22/05/2024



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INICIATIVA SUSTENTÁVEL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A recente aquisição de oito rebocadores portuários pelo Super Terminais, terminal privado do Porto de Manaus (AM), destaca-se como um exemplo para o setor portuário. Esses veículos, que emitem 15% a menos de gases do efeito estufa e utilizam uma quantidade menor de combustíveis, demonstram um compromisso da empresa com a sustentabilidade e a eficiência operacional.

A decisão do Super Terminais em optar por esses rebocadores, reconhecidos por sua fácil manutenção, conforto e elevada capacidade de carga, não apenas melhora a infraestrutura e a segurança das operações portuárias, mas contribui significativamente para a preservação ambiental. O diretor da empresa, Marcello di Gregorio, sublinhou que esses investimentos estão alinhados com a missão de preservar a Floresta Amazônica, uma das maiores riquezas naturais do planeta.

A ação do Super Terminais reflete um modelo de gestão a ser seguido pelo setor. A busca por soluções tecnológicas que minimizem o impacto ambiental das atividades portuárias é essencial, especialmente em um contexto global onde a sustentabilidade se torna cada vez mais crucial para o desenvolvimento econômico. Destaca-se que investir em equipamentos que reduzam a emissão de poluentes é uma estratégia que oferece múltiplos benefícios. Além de contribuir para a proteção do meio ambiente, tais investimentos melhoram a eficiência operacional e resultando em operações mais rápidas e seguras. Essa abordagem fortalece parcerias e aumenta a competitividade das empresas que se comprometem com práticas sustentáveis.

O exemplo do Super Terminais evidencia que é possível aliar desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental. A modernização dos equipamentos portuários com foco na redução das emissões de gases poluentes é um passo importante para minimizar o impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Adotar práticas sustentáveis é um imperativo para o futuro das operações portuárias. A redução do impacto ambiental não é apenas uma responsabilidade, mas também uma oportunidade para inovar e melhorar os processos. A iniciativa do Super Terminais deve ser reconhecida e incentivada, inspirando outras empresas a seguir o mesmo caminho e contribuindo para um setor portuário mais sustentável e eficiente. Ações como essa são fundamentais para assegurar um futuro sustentável, garantindo que o progresso econômico não venha às custas do meio ambiente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MUDANÇAS CLIMÁTICAS COLOCAM EM RISCO 35% DAS CIDADES DO BRASIL

Mudanças climáticas 1

Um total de 1.942 municípios brasileiros – quase 35% das cidades do País – está suscetível a desastres causados por eventos climáticos extremos, como deslizamentos de terras, alagamentos, enxurradas e inundações. O dado integra estudo do Governo Federal concluído no mês passado. De acordo com o levantamento, “o aumento na frequência e na intensidade dos eventos extremos de chuvas vêm criando um cenário desafiador para todos os países, em especial para aqueles em desenvolvimento e de grande extensão territorial, como o Brasil”.

Mudanças climáticas 2

Conforme a pesquisa, essas 1,9 mil cidades reúnem mais de 8,9 milhões de brasileiros, o que representa 6% da população nacional. A maior parte desses municípios está localizada na Bahia (17,3% dos locais), no Espírito Santo (13,8%), em Pernambuco (11,6%), em Minas Gerais (10,6%) e no Acre (9,7%). Já as unidades da federação com a população mais protegida contra desastres são Distrito Federal (0,1%); Goiás (0,2%), Mato Grosso (0,3%) e Paraná (1%).

AÉREAS VÃO COMEÇAR A OPERAR EM CANOAS (RS) NA PRÓXIMA SEMANA

Canoas 1

As companhias aéreas Latam, Azul e Gol anunciaram nessa terça-feira, dia 21, que vão começar a operar comercialmente na Base Aérea de Canoas (RS) a partir da próxima semana. A Latam pretende iniciar a operação temporária na segunda-feira, dia 27. Já os primeiros voos da Azul e da Gol estão programados para 1º de junho.

Canoas 2

Sob a gestão da Força Aérea Brasileira (FAB), a Base Aérea de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, servirá de alternativa ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, na capital gaúcha, que permanece alagado devido às chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul nas últimas semanas.

PORTO DE SANTOS APOIOU A DITADURA NOS ANOS 60 E 70, DIZ MPF

Ditadura 1

Um inquérito do Ministério Público Federal (MPF) apontou que, durante o período da ditadura militar (1964 a 1985), a então administração do Porto de Santos – a empresa privada Companhia Docas de Santos – manteve um vínculo estreito com os órgãos do regime, coordenando a perseguição a trabalhadores e coibindo atividades sindicais. Agora, o MPF quer que a Autoridade Portuária de Santos – hoje, um órgão público – assuma o compromisso de reparar os prejuízos ocasionados tanto às vítimas dessas perseguições quanto à sociedade.

Ditadura 2

A atual direção da Autoridade Portuária se colocou à disposição do MPF para apurar “eventuais práticas de abusos durante o período do regime militar”, nas décadas de 1960 e 1970.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2024

NACIONAL - DEBATEDORES QUEREM MESMAS REGRAS PARA PORTOS PÚBLICOS E TUPS

Especialistas participaram de audiência promovida por comissão da Câmara para discutir a burocracia no setor portuário

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Os debatedores participaram de uma audiência realizada pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara que tratou dos entraves burocráticos no setor portuário, Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

discussões destacaram a disparidade regulatória entre os portos privados e os terminais de uso privado (TUPs).

Em audiência pública realizada na terça-feira, dia 21, na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, especialistas e representantes do setor portuário apontaram os entraves burocráticos como principal obstáculo para o desenvolvimento dos portos no Brasil. As

Sérgio Aquino, presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), elogiou a liberdade de gestão conferida pela Lei dos Portos aos TUPs. “A lei fez sua lição com primazia em relação aos terminais privados”, afirmou. Esses operadores têm autonomia para contratar



trabalhadores e realizar investimentos, o que, segundo Aquino, não ocorre nos portos operados por concessão, onde o excesso de burocracia impede avanços significativos.

“Há uma burocracia, um regramento absurdo. Um terminal que ganha uma licitação, por exemplo, para construir dois armazéns, se quiser construir um terceiro armazém, ainda que sem pedido de contrapartida, ele vai levar, em média, três anos para receber um ‘ok’ para que possa investir”, apontou.

Bruno Martinello Lima, auditor-chefe da AudPortoFerrovia do Tribunal de Contas da União, apresentou dados preocupantes: os processos de licitação nos terminais públicos levam, em média, 28 meses para serem concluídos, resultando em uma ociosidade de 56% das áreas desses portos.

Eduardo Nery, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), concordou com a necessidade de reformular a legislação para equiparar os modelos de gestão dos portos privados e públicos.

“O grande desafio é fazer com que a flexibilidade que existe para os terminais privados – isso faz com que eles tenham agilidade, consigam fazer os investimentos dentro da necessidade da expansão da capacidade da infraestrutura portuária – também possa ser observado nos portos públicos”, disse.

Aquino também reivindicou maior liberdade na contratação de pessoal nos portos licitados, criticando a decisão do Tribunal Superior do Trabalho que exige a contratação de trabalhadores exclusivamente por meio do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo). Ele destacou que o Ogmo, responsável pelo treinamento de trabalhadores, utiliza apenas 4% dos R\$ 250 milhões arrecadados anualmente para este fim.

Outro ponto crítico levantado foi a escassez de investimentos na modernização dos portos. Claudio Loureiro de Souza, diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica, alertou que 70% dos navios em construção no mundo, com entrega prevista até 2026, não poderão atracar nos portos brasileiros devido à insuficiente profundidade dos canais de navegação.

O deputado federal Gilberto Abramo (Republicanos-MG), responsável pelo pedido da audiência, afirmou que a Comissão de Viação e Transportes continuará a debater o tema e pretende elaborar um documento para discutir a questão com o ministro dos Transportes, buscando soluções para os desafios enfrentados pelo setor portuário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/05/2024

PRAZO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A CEPORTOS TERMINA NESTA SEXTA-FEIRA

Última audiência pública da comissão de juristas acontece um dia antes, na OAB do Recife
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Termina nesta sexta-feira, dia 24, o prazo de contribuições para a Ceportos (Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias). As sugestões podem ser enviadas para o email cj.portos@camara.leg.br.

Na quinta-feira, dia 23, os juristas irão realizar a sexta e última audiência pública. O evento vai acontecer na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Recife, em Pernambuco.

As audiências anteriores, realizadas entre abril e maio, foram realizadas, pela ordem, nas cidades de Vitória (ES), Brasília (DF), Santos (SP), Itajaí (SC) e Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/05/2024

REGIÃO SUL - PORTO DE PELOTAS RETOMA OPERAÇÕES APÓS DUAS SEMANAS

Complexo portuário do município se junta ao de Rio Grande, que já estava operando

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br



Após quase duas semanas, o embarque de toras de madeira no Porto de Pelotas voltou a operar. Agora, só o complexo de Porto Alegre continua com as atividades suspensas (Foto: Divulgação)

A Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul, anunciou que o Porto de Pelotas voltou a operar normalmente na noite de segunda-feira (20). Após quase duas semanas, o embarque de toras de madeira no terminal voltou a operar normalmente.

Segundo o último boletim de atualização das enchentes no estado, a Portos RS comunicou que o Porto de Porto Alegre segue com atividades paralisadas, em razão da manutenção do nível do Lago Guaíba que segue acima da cota de inundação.

Já o complexo de Rio Grande segue com suas operações normais. O porto, inclusive, segue recebendo atracções de navios humanitários, que transportam diversos donativos de diversas regiões do Brasil às vítimas da tragédia climática.

Desde a semana passada, a Autoridade Portuária anunciou a redução de calado para 12,80 metros na região dos terminais graneleiros da Bunge, Bianchini e Termasa/Tergrasa em função das fortes correntezas. A medida foi necessária para segurança das manobras das embarcações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2024

NACIONAL - CONAB SUSPENDE LEILÃO PARA COMPRA DE ARROZ POLIDO

Objetivo do certame é garantir o abastecimento do cereal após as enchentes no RS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) anunciou na segunda-feira (20) a suspensão do leilão de compra de 104 mil toneladas de arroz beneficiado polido, originalmente agendado para a terça-feira (21). A entidade informou que a nova data para a realização do leilão “será publicada oportunamente”.

O objetivo do leilão é garantir o abastecimento de arroz após as enchentes no Rio Grande do Sul, estado que representa 70% da oferta nacional do produto.

Na mesma terça-feira, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) realizou uma reunião extraordinária e decidiu zerar as tarifas de importação para dois tipos de arroz não parboilizado e um tipo de arroz polido/brunido. A medida será válida até 31 de dezembro.

Atualmente, a maioria das importações de arroz do Brasil provém dos países do Mercosul, que já são isentos de tarifas de importação. No entanto, a eliminação das tarifas visa facilitar a compra de arroz de outros grandes produtores, como a Tailândia, que até abril deste ano era responsável por 18,2% das importações brasileiras de arroz, conforme informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2024

NACIONAL - SETOR SOLIDÁRIO



Setor solidário

O BE News segue divulgando a iniciativa de órgãos públicos, empresas e entidades ligados ao setor de portos, infraestrutura, transporte e logística para colaborar com as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

Esse trabalho é parte da ação integrada de comunicação lançada pelo Grupo Brasil Export em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, com o propósito de mostrar como o setor de portos, logística, infraestrutura e transportes vem dando sua contribuição para o processo de reconstrução do estado, que promete ser longo.

Nesta edição destacamos os comunicados postados no Instagram pelas empresas Ecoporto (mais informações em @ecoportosantos), MRS (@mrslogistica), Arcelor Mittal (@arcelormittalbrasil) e pelo grupo JBS (@nossajbs).



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/05/2024

REGIÃO NORDESTE - DELEGAÇÃO CHINESA VISITA A BAHIA VISANDO PARCERIAS NOS PORTOS

Representantes da Academia de Pesquisas Macroeconômicas de Shandong participaram do II Fórum Bahia-China, na capital
Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebeneews.com.br



Ideia é que haja um intercâmbio científico entre a instituição e os trabalhadores dos portos administrados pela Autoridade Portuária Federal, segundo o diretor-presidente da Codeba, Antonio Gobbo (Foto: Divulgação/Codeba)

Uma delegação chinesa da Academia de Pesquisas Macroeconômicas de Shandong visitou, na segunda-feira, 20, a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), em Salvador, para estreitar laços entre as duas instituições, visando futuras parcerias de pesquisa nos portos de Salvador, Aratu-Candeias

e Ilhéus.

A ideia é que haja um intercâmbio científico entre a instituição e os trabalhadores dos portos administrados pela Autoridade Portuária Federal, segundo o diretor-presidente da Codeba, Antonio Gobbo. A China é um dos principais parceiros econômicos do Estado, correspondendo a um terço das exportações baianas, segundo a autoridade portuária.

“Uma oportunidade para fortalecermos e expandirmos o intercâmbio científico e econômico entre os nossos países, e demonstramos hoje nossas potencialidades e oportunidades de investimentos, visando o crescimento mútuo das duas nações”, explicou Gobbo.

Composta pela reitora da instituição, Zhang Zhongying, diretores e pesquisadores, o grupo foi recepcionado pelo diretor-presidente da Codeba e o diretor geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), José Acácio Ferreira.

Os representantes da Academia de Pesquisas Macroeconômicas de Shandong participaram, também, na terça-feira, 21, do II Fórum Bahia-China. O evento, que tem apoio da Codeba, ocorreu pela manhã, em Itapuã. O Fórum marca as celebrações dos 50 anos da relação Brasil-China na Bahia, e é realizado pelo Governo do Estado.

O objetivo do evento é fomentar as relações científicas, culturais, institucionais e comerciais entre a China e a Bahia, tal como aconteceu na primeira edição, realizada em maio de 2023.

No evento, foi também lançado o livro China Brasil, 50 Anos de Diplomacia – Novas rotas para um novo tempo, com a presença do diretor da Agência Brasileira de Imprensa, Comunicação e Eventos – AbraPress, Eduardo Teixeira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2024

REGIÃO NORDESTE - ZPE DO CEARÁ CONCLUI ALFANDEGAMENTO DE ÁREA PARA O HUB DE HIDROGÊNIO VERDE

No Setor 2, área de mais de 1.900 hectares, serão instaladas as unidades fabris para a produção e distribuição de hidrogênio verde no Complexo do Pecém

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenenews.com.br



É no Setor 2 da ZPE Ceará, uma área de mais de 1.900 hectares, que serão instaladas as unidades fabris para a produção e distribuição de hidrogênio verde no Complexo do Pecém (Foto: Divulgação)

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará concluiu o alfandeamento do gate industrial do Setor 2 junto à Receita Federal do Brasil (RFB), dando sequência aos trabalhos de preparação para a chegada de projetos para o desenvolvimento no futuro Hub de Hidrogênio Verde. A decisão consta no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 21.

O combustível limpo é obtido por meio da eletrólise da água, utilizando energia limpa e renovável, sem emissões de CO₂. Esse processo separa hidrogênio e oxigênio da água através de corrente elétrica usando fontes limpas como solar, hídrica ou eólica. Pode ser usado para armazenar energia renovável em períodos de alta produção e baixa demanda elétrica, além de contar com uma alta demanda do mercado externo, especialmente da Europa.

É no Setor 2 da ZPE Ceará, uma área de mais de 1.900 hectares, que serão instaladas as unidades fabris para a produção e distribuição de hidrogênio verde no Complexo do Pecém. Com o alfandeamento, a Receita Federal, após analisar toda a infraestrutura local, autoriza a realização de atividades necessárias para os procedimentos de desembaraço aduaneiro. Isso inclui a movimentação de carga, armazenagem e demais processos relacionados ao despacho aduaneiro de mercadorias, sejam elas importadas ou exportadas.

“O alfandeamento representa mais um esforço da ZPE Ceará para proporcionar uma estrutura moderna e otimizada às empresas que serão instaladas no Setor 2. A ampliação da nossa área alfandegada tem como principal objetivo atender as necessidades dos projetos de Hidrogênio Verde, dando celeridade, segurança e informação aos nossos clientes, órgãos públicos atuantes na região e, também, à Receita Federal”, afirma o presidente da ZPE Ceará, Hélio Leitão.

Além de um gate industrial alfandegado, com quatro balanças para pesagem de até 120 toneladas, o Setor 2 da ZPE Ceará conta, ainda, com câmeras de videomonitoramento, incluindo OCRs para registros de veículos. Essa estrutura está completamente integrada ao Sistema Integrado de Controle Aduaneiro (SICA), que já se encontra adaptado às demandas e especificidades do Setor 2, visando os fluxos das cargas com o Setor 1 e, também, com o Porto do Pecém.

Hub

Lançado pelo Governo do Estado do Ceará, em parceria com o Complexo do Pecém, Federação das Indústrias do Estado (Fiec) e Universidade Federal do Ceará (UFC), o Hub de Hidrogênio Verde pretende transformar o Pecém em um fornecedor global deste tipo de combustível visando a transição energética.

O Hub tem seis pré-contratos assinados com as empresas AES Brasil, Casa dos Ventos, Cactus Energia, Fortescue, Voltalia, além de outra que prefere não ser identificada no momento. Há mais de 35 Memorandos de Entendimento assinados. Somente esses pré-contratos somam mais de US\$ 8 bilhões em investimentos até 2030, com mais de 500 hectares já reservados no Setor 2 da ZPE Ceará. Isso deve duplicar a quantidade de empregos diretos e indiretos gerados na região, que hoje é de 80 mil.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/05/2024

REGIÃO NORTE - SUPER TERMINAIS INVESTE EM REBOCADORES 15% MENOS POLUENTES

Veículos consomem menos combustível; foco é a sustentabilidade nas operações do cais

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



O modelo dos rebocadores portuários chama-se TL2. De acordo com a Super Terminais, eles são reconhecidos por sua fácil manutenção, conforto e capacidade de carga elevada. Foto: Divulgação/Super Terminais

O Super Terminais, terminal privado do Polo Industrial de Manaus considerado “verde”, adquiriu oito rebocadores portuários que emitem 15% menos gases poluentes. Os veículos utilizam uma quantidade menor de combustíveis. O objetivo, segundo a administração portuária, é tornar as operações

do cais cada vez mais eficientes e sustentáveis.

O modelo chama-se TL2. De acordo com a empresa, eles são reconhecidos por sua fácil manutenção, conforto e capacidade de carga elevada.

Os rebocadores portuários (chamados harbour tugs) são necessários para auxiliar manobras de reboque dentro dos portos.

Segundo o diretor da Super Terminais, Marcello di Gregorio, a aquisição dos veículos reflete o compromisso da empresa com a melhoria estrutural de equipamentos e o foco na operação mais sustentável.

“Estamos confiantes de que nossos investimentos terão reflexos em eficiência, garantindo operações mais rápidas e seguras, fortalecendo nossas parcerias, além de manter o foco da empresa na preservação da maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica”, concluiu.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/05/2024

REGIÃO SUDESTE - SEMINÁRIO EM SANTOS PROMETE DISCUTIR TODOS OS TEMAS LIGADOS AO CAFÉ

Evento internacional teve início na terça-feira e vai até quinta, reunindo autoridades e especialistas de 29 países

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebenews.com.br



O presidente da Associação Comercial de Santos, Mauro Sammarco, discursa durante a abertura do Seminário do Café: evento é realizado na cidade pela primeira vez. Foto: Reprodução

Começou na terça-feira, dia 21, em Santos (SP), a 24ª edição do Seminário Internacional do Café. Considerado o maior evento do setor cafeeiro, o encontro vai até esta quinta-feira, dia 23, reunindo autoridades e especialistas de 29 países.

Organizado pela Associação Comercial de Santos (ACS), o seminário promove palestras, debates e painéis, que abordarão questões mercadológicas, práticas sustentáveis, inovação, entre outras pautas

relevantes para o setor.

Empresas ligadas ao setor também participam com estandes, que estarão disponíveis durante todo o evento, realizado no Blue Med Convention Center.

O presidente da ACS, Mauro Sammarco, lembrou que esta é a primeira edição que tem Santos como sede e o que isso representa.

“Este evento é realizado desde 1972. Por questões da época, da importância de Guarujá como balneário e da estrutura dos resorts, o evento é sempre realizado lá. Mas era o momento de conexão com a nossa cidade. O café trouxe tanto desenvolvimento para o porto e para o nosso município. E Santos agora está preparada, com o centro de convenções e a rede hoteleira, tem agora esse grande evento, que serve de cartão de visita para outros grandes eventos acontecerem”, declarou.

Segundo Sammarco, serão debatidos temas como inovação, sustentabilidade, economia e publicidade, sempre ligados ao setor cafeeiro.

“Acho que a gente está cobrindo todos os grandes aspectos do mercado, oferecendo o que tem de melhor para o nosso associado”, disse o presidente da ACS, destacando a presença de figuras ilustres no seminário, como o economista Ricardo Amorim.

Ligação histórica

O presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, lembra que 80% de todo o café produzido no Brasil passa pelo Porto de Santos. Ele destacou a relevância do evento e a importância do café para o porto da cidade.

“O Porto de Santos é o que é graças à exportação de café, à produção brasileira, aos produtores de café. Então, nós temos aqui um estande e os operadores poderão consultar quais são as obras de infraestrutura para que o porto possa se apresentar cada vez mais competitivo, escoando o café para os 200 países conectados com ele”, disse Pomini.

O presidente da Autoridade Portuária tem boas expectativas a respeito do evento. “Este seminário reúne diversos produtores do mundo, fazendo bons negócios, gerando empregos, fomentando a economia brasileira e conectando nosso café com 200 países.

Turismo de negócios

O prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), falou sobre o que significa para o município receber uma edição do Seminário do Café. “Movimentar o turismo de negócios em Santos e também reviver e festejar essa história do café com a cidade. Esse seminário é um marco”, disse ele.

O chefe do Executivo municipal também lembrou da relação histórica do Porto de Santos com o café. “Além de ser o porto exportador do café no fim do século retrasado e início do século passado, também foi por ele que chegaram os imigrantes que se espalharam pelo Brasil afora, muitos para trabalhar no plantio do café. Então, Santos é uma referência para o café”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2024

SEM CATEGORIA - DEBATES SOBRE EQUIDADE E INCLUSÃO MARCAM 1ª EDIÇÃO DO PORTO DIVERSO

Evento realizado no terminal Concais foi promovido pela Autoridade Portuária de Santos e seus parceiros



A primeira edição do evento Porto Diverso trouxe uma série de debates sobre equidade e inclusão, não somente em relação ao ambiente portuário, mas em toda a sociedade. Foto: Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS), junto de seus parceiros, realizaram na terça-feira (21) o evento Porto Diverso

– Transformando ambientes e pessoas”. O encontro reuniu cerca de 300 pessoas no terminal de cruzeiros do Porto de Santos, o Concais. O evento faz parte da programação da 2ª Semana da Diversidade.

O evento trouxe uma série de debates sobre equidade e inclusão, não somente em relação ao ambiente portuário, mas em toda a sociedade.

“Esta é uma pauta não do Porto de Santos, mas de todos os brasileiros”, diz o gerente de carreiras da APS, Bruno Pelochs Barbino.

O evento é uma iniciativa do grupo RH Porto Baixada, que reúne profissionais de Recursos Humanos das empresas portuárias de Santos, que se reúnem periodicamente para discutir boas práticas no gerenciamento de pessoas.

A abertura do evento foi feita pela diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi, que pontuou sobre a importância do tema no setor marítimo. Após a fala inicial, palestras e atividades envolvendo os presentes abordaram os temas.

Por fim, as entidades participantes assinaram a carta compromisso do Porto Diverso com a Diversidade, Equidade e Inclusão. Além da APS, firmaram o documento a Fundação Cenep e as empresas ABA Infra (que engloba os terminais portuários Concais e Adonai), ADM do Brasil, Brasil Terminal Portuário (BTP), Ecoporto, Hidrovias do Brasil, Marimex, Santos Brasil e TEG/Teag/TES. Debates sobre equidade e inclusão marcam 1ª edição do Porto Diverso

Evento realizado no terminal Concais foi promovido pela Autoridade Portuária de Santos e seus parceiros

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/05/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PL QUE CRIA O ONS DOS COMBUSTÍVEIS É PROTOCOLADO NA CÂMARA

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política
Por epbr 22 de maio de 2024 Em Comece seu Dia



Deputado Júlio Lopes (PP/RJ) fala ao Plenário da Câmara em 28 de fevereiro de 2024 (Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

O deputado Júlio Lopes (PP/RJ) apresentou o PL 1923/2024, que cria o Operador Nacional do Sistema de Combustíveis, com o objetivo de monitorar em tempo real os estoques e a movimentação – a exemplo do ONS, no setor elétrico.

A proposta inclui a participação de agentes que atuam na cadeia de gás natural, no processamento e transporte, além do refino, importação e revenda de combustíveis, como informado pelo político epbr (teste grátis por 7 dias).

Pelo projeto, o órgão será comandado por um diretor-geral e outros quatro diretores, indicados pela União e por agentes do mercado.

De acordo com o PL apresentado na segunda (20/5), nos primeiros cinco anos, os ganhos de arrecadação tributária federal decorrentes da atuação do Operador Nacional do Sistema de Combustíveis deverão ser destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública. Também prevê repasses aos estados.

Ao cabo, o projeto prevê a publicação de “informações atualizadas de interesse dos consumidores de combustíveis, incluídas as relativas aos preços praticados pelos revendedores de combustíveis”.

Petróleo em queda. Os preços caíram nesta terça-feira (21/5), com a perspectiva de manutenção da inflação e dos juros nos EUA e o anúncio da venda de reservas pelo governo norte-americano.

– Os futuros do petróleo Brent caíram 1%, para US\$ 82,88 o barril. O WTI recuou 0,7%, para US\$ 79,26 o barril.

Magda Chambriard se alinha a metas de investimento, diz Silveira. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), afirmou que a demissão de Jean Paul Prates da presidência da Petrobras foi uma decisão de Lula para acelerar investimentos. Ele defendeu a nova presidente indicada, destacando sua compatibilidade com as metas de investimento da companhia e a necessidade de continuar os planos de desenvolvimento energético.

STJ nega recurso da Petrobras em causa de quase R\$ 1 bilhão. A petroleira informou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso contra a cobrança de Cide-Combustíveis de R\$ 987 milhões, referente a março de 2002 a outubro de 2003. A decisão judicial anterior impedia a retenção da contribuição. A Petrobras avalia recorrer da decisão.



Deputados cobram solução para baratear gás natural para fertilizantes. Sem o apoio do Executivo, em especial da Fazenda, para aprovar o programa emergencial para fabricação de amônia e ureia (Pefau), deputados federais cobraram, nesta terça-feira (21/5), uma solução imediata do governo para reduzir o preço do gás natural para a indústria de fertilizantes.

José Cotello é o novo CEO da Seacrest Petróleo. O executivo assumirá o cargo em 1º de junho. Ele já atuou na SLB, Petra Energia e Ecopetrol, onde supervisionou operações no pré-sal na Margem Equatorial.

CPI aprova relatório e responsabiliza Braskem por danos em Maceió. A CPI da Braskem aprovou o relatório final do senador Rogério Carvalho (PT/SE), pedindo o indiciamento de três empresas e 11 pessoas por crimes ambientais devido ao afundamento do solo em Maceió. O relatório atribui à Braskem a responsabilidade pelos danos causados pela exploração de sal-gema e propõe uma fiscalização mais rigorosa da mineração no Brasil.

Unigel segue com reestruturação. A companhia informou que chegou a um acordo com a maioria dos credores para aprovação dos dois planos de recuperação. Prevê a reestruturação da dívida de R\$ 4 bilhões, emissão de US\$ 120 milhões com vencimento em dezembro de 2027 e transferência de 50% na companhia da companhia para os credores. A íntegra do plano no site da companhia.

Diálogos da Transição. Emenda da senadora Tereza Cristina (PP/MS) inclui o diesel coprocessado entre as alternativas para descarbonizar veículos pesados, no projeto de lei do Combustível do Futuro (PL 528/2020). Também transfere a responsabilidade pelo blend de renováveis ao fóssil para produtores ou importadores, ao invés de distribuidoras de combustíveis. Leia na epbr.

Associação quer recursos P&D do petróleo para biocombustíveis. A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) defendeu que 20% dos recursos de PD&I dos contratos de concessão de óleo e gás sejam destinados a projetos de biocombustíveis. O presidente Thiago Falda propôs incluir essa medida no PL do Combustível do Futuro, destacando que isso poderia gerar quase R\$ 1 bilhão anuais para a bioeconomia e reduzir 29 gigatoneladas de CO2 até 2050.

Senado debate Combustível do Futuro. A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado fez audiência pública para discutir o Projeto de Lei dos Combustíveis do Futuro, aprovado em março pela Câmara dos Deputados. A epbr transmitiu.

Mudanças climáticas desafiam produção de biocombustíveis. A intensificação dos efeitos da mudança do clima começa a afetar diretamente a disponibilidade de matérias-primas como soja e cana-de-açúcar, essenciais para a produção de biodiesel e etanol, avaliam especialistas consultados pela agência epbr.

Europa aprova medidas para substituir gás natural por biometano e hidrogênio. O Conselho da União Europeia aprovou o regulamento que estabelece regras comuns para o mercado interno de gases, com o objetivo de substituir progressivamente o gás natural por alternativas renováveis ou de baixo carbono.

Indústria do petróleo defende lei do clima de Biden. A Câmara de Comércio dos EUA e o Instituto Americano de Petróleo estão se mobilizando para defender os subsídios verdes e programas de energia limpa da Lei de Redução da Inflação (IRA) em uma eventual vitória dos republicanos nas próximas eleições, informou o Politico.

– O programa de Joe Biden para transição energética, que gerou investimentos de US\$ 352 bilhões, enfrenta resistência de legisladores conservadores, mas o apoio empresarial pode influenciar futuras decisões políticas.

Cemig precisa virar corporação, diz Zema. O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, disse que a estatal deve virar uma corporação sem controlador antes que a empresa seja federalizada, segundo

a Folha. A proposta de trocar ações da companhia pelo abatimento da dívida do estado com a União está parada.

Aneel revê subsídios para fontes renováveis. A agência vai abrir consulta pública para discutir o desconto nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição. A ação cumpre determinação do TCU, que identificou benefícios “irregulares” concedidos a projetos renováveis acima de 300 MW.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/05/2024

VAST DIVERSIFICA TANCAGEM DE COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS DE OLHO NA DESCARBONIZAÇÃO DE NAVIOS

Novo terminal pretende oferecer opções de combustíveis fósseis e renováveis para navegação

Por Gabriela Ruddy
Gabriela Ruddy 22 de maio de 2024 Em *Biocombustíveis, Empresas, Entrevista, Transição energética*



CEO da Vast, Victor Bomfim (Foto: Divulgação)

RIO – A Vast (antiga Açu Petróleo) vai começar em junho a construção de um terminal de tancagem com foco em combustíveis marítimos e biocombustíveis. A companhia quer oferecer um leque de opções de abastecimento para os navios que exportam o petróleo brasileiro, incluindo misturas entre fósseis e renováveis, de modo a reduzir a pegada de carbono na navegação.

Whatsapp: siga o canal da epbr e ative os alertas!

Localizado no Porto do Açu, no norte fluminense, o

Terminal de Líquidos do Açu (TLA) vai entrar em operação a partir do final de 2025 com capacidade para 80 mil metros cúbicos de combustíveis. A intenção é expandir o projeto em fases, com a possibilidade de chegar a 300 mil metros cúbicos.

Para o CEO da Vast, Victor Bomfim, a trilha para a descarbonização do setor marítimo no Brasil passa pelo biodiesel e etanol. Na visão do executivo, o uso do metanol e da amônia azuis ou verdes como combustíveis limpos na navegação têm um apelo menor no país do que na Europa, pois são mais tóxicos e de difícil manuseio.

“Eu acho que o Brasil tem outras vantagens competitivas que vão deixar o metanol, talvez, como uma opção um pouco mais abaixo na linha de prioridade”, afirmou em entrevista à agência epbr.

Em meio aos esforços para descarbonizar a navegação internacional, a mistura do bunker com biocombustíveis tem sido uma das demandas dos clientes do Porto do Açu, segundo Bomfim. A adição de um teor renovável ao produto fóssil reduz as emissões sem necessidade de grandes adaptações dos motores existentes.

No caso das novas embarcações, os armadores estão apostando em diferentes caminhos, que incluem a eletrificação e os motores flex, capazes de operar a combustíveis fósseis, biocombustíveis ou misturas entre os dois.

O futuro multicombustível do transporte marítimo

“Todos estão entendendo que o caminho é múltiplo. E a Vast está querendo se posicionar nisso. Vamos disponibilizar combustíveis marítimos do presente e do futuro, com biocomponentes, e também energia elétrica”, disse o executivo.

Além dos combustíveis líquidos de menor emissão de carbono, outra aposta do setor marítimo para a descarbonizar é a eletrificação da frota.

O Porto do Açu já oferece aos navios rebocadores que apoiam as atividades de exploração e produção de petróleo a possibilidade de usar a energia elétrica da rede nacional quando estão atracados. A estimativa é de uma redução de 20% na pegada de carbono das operações.

“Nossa ideia é que isso passe para todas as outras embarcações de apoio e, quem sabe, até mesmo para os petroleiros, o que é um desafio um pouco maior”, afirmou.

Bomfim lembra que as soluções podem ser complementares, com o uso de energia elétrica quando os navios estão atracados e de biocombustíveis ou bunker com teor renovável durante a navegação.

A Vast movimentava cerca de 40% de todo o petróleo exportado pelo Brasil, de clientes como Petrobras, Equinor, Shell e CNOOC. Em 2023, passaram pelo terminal 205 milhões de barris, volume que tem sido crescente nos últimos anos dado o aumento da produção nacional e a estagnação na capacidade de refino interna.

As operações ocorrem por meio do transbordo, com embarcações atracadas. Bomfim lembra que a atracação é menos poluente do que o transbordo underway, que ocorre em alto mar e tem uma pegada de carbono duas vezes maior, pelo maior consumo de combustível, além de ter maior risco de vazamento.

“Ainda tem 15% das exportações brasileiras que são feitas através de operações underway. A gente acha que é o momento das empresas de petróleo acordarem para esse fato e pararem com esse tipo de operação, que tem um risco ambiental enorme e uma pegada de carbono mais intensa”, defendeu Bomfim.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/05/2024

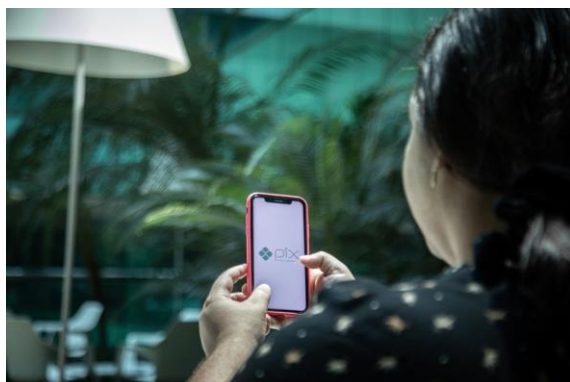


JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO ADOTA PIX PARA FGTS, TAXAS E IMPOSTOS E PAGA MENOS TARIFAS BANCÁRIAS

Uso do sistema de pagamentos instantâneos e gratuitos do Banco Central pela própria União está favorecendo economia num filão cativo dos bancos

Por Thaís Barcellos — Brasília



Quase 4 anos após seu lançamento, em novembro de 2020, o Pix segue ganhando espaço. O sistema está chegando a 5 bilhões de operações por mês, movimentando R\$ 2 trilhões — Foto: Hermes de Paula/Agência O Globo

O uso do Pix pelo setor público pode representar apenas 1% do volume de transações do sistema de pagamentos instantâneos, mas está trazendo economias significativas para o governo. Um dos principais exemplos é o recolhimento do FGTS pelo Pix, que começou em março e tem potencial de economia de R\$ 180 milhões por ano para o fundo com a redução de 95% dos gastos com tarifas bancárias, segundo o Banco Central.



Não é um exemplo isolado. O Tesouro Nacional já economizou cerca de R\$ 10 milhões com a adoção da modalidade de pagamento na arrecadação de taxas e de pagamentos de órgãos federais. Além disso, cresce a cada semestre o recolhimento de impostos via Pix.

Filão dos bancos

Essa nova fronteira do Pix invade um filão explorado pelos bancos. Analistas do setor dizem que para o setor privado o impacto não é tão relevante e pode ser compensado com a procura menor por serviços em agências físicas para resolver questões burocráticas.

Para José Daronco, analista da Suno, o impacto maior será sentido pelos bancos públicos, como Caixa e Banco do Brasil, já que eles detêm a maioria dos convênios com a União:

— É importante pela tendência. Se o governo está fazendo isso, as pessoas também estão. Todo mundo está mudando a forma de pagamento. Mas, no âmbito micro, os principais afetados são os bancos públicos.

Além dos ganhos na economia de recursos, a adoção mais generalizada do Pix no setor público reduz burocracia. A modalidade permite maior controle da arrecadação e agilidade nos processos, permitindo a cidadãos e empresas acesso mais rápido a produtos e serviços ou a pagamentos. Outra vantagem é a capilaridade: o sistema tem quase 800 instituições financeiras participantes.

Atualmente, 668 órgãos da União usam o Pix como forma de pagamento, ainda que ele só seja obrigatório em dois casos: repagamento da folha de pessoal e recolhimento de FGTS, em fase de implementação.

Já o Guia de Recolhimento da União (GRU) via Pix é adotado por 134 órgãos. Segundo o Ministério da Fazenda, a intenção é ampliar o uso do Pix pelas unidades do governo federal, embora a modalidade de pagamento seja uma escolha de cada órgão.

Em todo o país, já são mais de 15 mil usuários únicos da administração pública no Pix, conforme o Banco Central. O BC considera as operações relacionadas ao setor público, para recebimento ou pagamento, como uma das fronteiras de crescimento mapeadas para o Pix, que está em trajetória ascendente após quase 4 anos do lançamento, em novembro de 2020.

O sistema de transferências instantâneas está chegando a 5 bilhões de operações por mês, movimentando R\$ 2 trilhões. Já as transações envolvendo governos somaram quase 15 milhões em abril ou R\$ 18 bilhões.

“Em geral, o uso do Pix no governo depende de ajustes nos sistemas de automação utilizados, o que demanda tempo e priorização de esforços. Há ainda bastante espaço para a ampliação do uso do Pix nesse segmento”, afirmou o BC em nota.

O Pix passou a ser adotado como única forma de recolhimento do FGTS por todos os empregadores do país, à exceção de microempreendedores individuais (MEI) e empregadores domésticos a partir de março, com recolhimento em abril. Segundo o Ministério do Trabalho, são 4,5 milhões de empregadores que passaram a usar a plataforma do FGTS Digital e, assim, o Pix.

De acordo com as estatísticas do Pix, houve aumento de 73% no fluxo financeiro de empresas para o governo no quarto mês deste ano, para R\$ 5,7 bilhões.

Antes, o custo cobrado pelos bancos conveniados a cada transação relativa ao FGTS era de cerca de R\$ 2. Agora, pode ser de centavos. E a rede arrecadadora sai de menos de 20 instituições financeiras para quase 800, considerando os participantes do Pix.

No lançamento da modalidade, o Ministério do Trabalho afirmou que a mudança promove a rapidez na arrecadação e no depósito de valores recolhidos nas contas vinculadas dos trabalhadores.



Em março, o Tesouro Nacional deu mais um passo na implementação do Pix como meio de pagamento, permitindo a mais de 40 mil unidades do governo federal a opção de pagamento por meio de QR Code ou Pix “copia e cola”. Logo no lançamento do Pix, o governo permitiu que os órgãos federais utilizassem a ferramenta para arrecadar receitas por meio de GRU.

Em setembro de 2022, foram liberados os pagamentos para um único beneficiário, logo ampliado para uma lista de credores.

Acesso rápido a serviços

No que tange à utilização do PIX como instrumento de arrecadação, os cofres públicos receberam R\$ 1,7 bilhão por meio de GRU pagas com o Pix até maio de 2024, segundo o Tesouro. Esse valor representa uma economia de R\$ 1,4 milhão quando comparado à sistemática tradicional de arrecadação de GRU, pois os recursos ingressam na Conta Única do Tesouro (CTU) instantaneamente, possibilitando que comecem a ser remunerados.

No modelo de boleto tradicional, os repasses para o caixa da União demoram até três dias úteis após a entrada na reserva do Banco do Brasil, agente financeiro da GRU.

Da mesma forma, para os pagamentos, como a transferência via Pix é imediata, o Tesouro pode reter o dinheiro mais dias na CTU, aumentando os ganhos com a remuneração dos recursos. Segundo o órgão, até maio, foram realizados R\$ 21,9 bilhões de pagamentos via Pix, com estimativa de economia de R\$ 8,8 milhões.

O Tesouro acrescenta que ainda há ganhos indiretos, uma vez que não há despesas com tarifas, ao contrário de outras opções de pagamento.

Na Receita Federal, o Pix já é usado largamente na arrecadação de impostos. Disponível desde dezembro de 2020, o recolhimento de tributos por meio do sistema de pagamentos instantâneos passou de R\$ 305 milhões no primeiro semestre de 2021 para R\$ 11,1 bilhões na primeira metade do ano passado — um aumento de mais de 3.000%.

No total, foram arrecadados R\$ 24,8 bilhões por esse método de pagamento até junho de 2023, conforme dados informados pelo BC. Em todo o ano passado, a quantidade de documentos pagos por Pix em relação às demais opções de arrecadação chegou a 14%, de 8% em 2022 e 3% em 2021.

Com relação ao tipo de contribuinte que usa o PIX para o pagamento, a Receita afirma que 84,5% são de documentos pagos por empresas e 15,5% por pessoas físicas. Segundo o Fisco, já são emitidos os três tipos de documentos numerados com o QR Code do PIX: o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e o Documento de Arrecadação do eSocial (DAE).

“O Darf comum, de papelaria, e a Guia da Previdência Social (GPS) vêm sendo substituídos paulatinamente pelo Darf numerado”, acrescentou em nota.

Uma das vantagens, diz a Receita, é que essa forma de pagamento permite a liberação mais rápida de produtos importados, de Certidões Negativas de Débito e de mercadorias arrematadas em leilão.

É também possível receber restituições pelo Pix, seja do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) ou dos demais direitos creditórios, o que, inclusive, resolve problema recorrente: o erro no preenchimento das informações da conta bancária pelos beneficiários. Com o Pix, a Receita só precisa do CPF ou CNPJ do contribuinte, dados que o órgão já possui.

Como a Receita determinou que as restituições via Pix terão prioridade de recebimento, a tendência é que mais contribuintes escolham a opção. Em 2023, até agosto, foram entregues 26,2 milhões

declarações de IRPF com imposto a restituir, sendo que 6,6 milhões (25,3%) delas receberam indicação de Pix como forma de pagamento das restituições.

“Destaca-se que é intenção do governo ampliar o uso do pagamento via Pix pelas unidades do governo federal”, disse a Fazenda, em nota.

A pasta destacou que o setor público tem melhor controle da arrecadação e da redução de custos operacionais com a modalidade. Digital, o pagamento via Pix se integra aos sistemas do governo, gerando mais eficiência e facilitando o reconhecimento pelo gestor público.

O acesso a serviços como emissão de passaporte, quitação de multas eleitorais ou liberação de embarcações em portos, por exemplo, ficaria mais rápido.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/05/2024

ENTREVISTA: GOVERNO ESPERA QUE A PRESIDENTE DA PETROBRAS TENHA 'CORAGEM PARA FAZER ACONTECER', DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

Alexandre Silveira defende prospecção de petróleo na Foz do Amazonas e critica 'ambientalistas radicais' que, segundo ele, não 'contribuem' com o país
Por Geralda Doca, Renata Agostini e Manoel Ventura — Brasília



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em entrevista ao GLOBO — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirma esperar que a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, tenha “coragem para fazer acontecer” na estatal, após a demissão de Jean Paul Prates. A pauta, diz ele, não muda: ampliar investimentos em gás, fertilizantes e refinarias.

Discordâncias sobre a condução dessa política levaram Silveira e Prates a ficarem de lados opostos, embora o ministro negue que uma disputa entre os dois tenha levado à troca no comando da estatal na semana passada. Em entrevista ao GLOBO, ele afirma que Lula tomou a decisão de demitir Prates “por um conjunto de questões”, e que não haverá solavancos na empresa.

Ele negou que haverá loteamento na diretoria e disse que, se fosse presidente da Petrobras, se preocuparia “pouco em falar para fora” e muito em se relacionar bem com o acionista controlador. Esse conselho, completa, não precisa ser dado à Magda:

— Até porque ela lê jornal.

Ele defendeu a prospecção de petróleo na região conhecida como “Foz do Amazonas” e criticou os “ambientalistas radicais” que, para ele, não “contribuem” com o país.

O ministro afirmou ainda que não há decisão tomada, pelo governo, se haverá prosseguimento na tentativa de acordo com a Eletrobras sobre a composição do Conselho de Administração da empresa. O governo foi à Justiça para aumentar a sua participação no colegiado, já que permanece com mais de 40% das ações e ficou com apenas uma cadeira no colegiado após a privatização da empresa.

Leia, abaixo, a entrevista do ministro.



Após ser demitido, Jean Paul Prates escreveu uma nota interna dizendo que foi comunicado na presença “regozijada” do senhor e do ministro Rui Costa, da Casa Civil. Como recebeu isso?

Isso nos deixou perplexos. Para deixar claro: não existia uma disputa entre o ministro de Minas e Energia e o presidente da Petrobras. Todas as vezes que o Prates me abordou no intuito de fazer uma aliança, eu sempre dizia: “você está enganado, você não tem que tratar isso comigo”. O presidente da Petrobras despacha com o presidente da República. A pauta do gás, por exemplo, não é do ministro, é do governo. A Petrobras é monopolista dos gasodutos de escoamento no Brasil e nós precisamos aumentar a oferta. Isso nunca foi uma prioridade da Petrobras. Espero que a Petrobras entenda isso.

Além do gás, quais outros pontos geraram divergências?

Não vou chamar de divergência porque ele participou da aprovação pelo Conselho (de Administração) de um plano de investimento. Nesse plano de investimento, nós todos, legitimamente, debatemos investimentos em gás, nas refinarias, nas fábricas de fertilizantes paralisadas. O que eu sempre defendi de forma contundente foi mudança da política de preço e celeridade para que a gente pudesse, no mínimo, iniciar os investimentos em fertilizantes, aumentar a oferta de gás para reindustrializar o Brasil. Pautas óbvias. Todo mundo sabe que nós pensamos assim.

Mas havia muita disputa do senhor com o Prates...

Defendo a pauta do governo numa empresa que é controlada pelo governo. Isso sempre foi natural na relação entre o ministro de Estado e a direção da Petrobras. Dessa vez, isso foi mais explicitado, talvez pela circunstância, talvez pela minha forma de ser, de expressar aquilo que eu penso com contundência.

Houve constrangimento na reunião em que o presidente demitiu o Prates?

Constrangimento, não. Não é confortável viver o momento da demissão de alguém. Porém, nenhum de nós tem o direito de constranger o maior líder político do Brasil a fazer a parte da sua equipe por quaisquer motivos.

O senhor se refere ao fato de Prates ter pedido uma “conversa definitiva” com Lula? Foi o que levou à demissão dele?

Não sei se Prates falou isso. Mas um avião não cai por um motivo só. O presidente tomou a decisão por um conjunto de questões. A Petrobras não vai ter nenhum solavanco. Ela vai continuar sendo uma empresa altamente competitiva e altamente atrativa para o investidor nacional e internacional.

O que a Magda Chambriard fará diferente de Prates?

Uma pessoa que assume a posição de presidente de uma empresa com a complexidade da Petrobras depois de conhecer tão explicitamente o que pensa o seu acionista controlador é porque está disposta a se esforçar para fazer aquilo (que o controlador defende). As mulheres quando pegam essa missão o fazem com muito zelo, mas com muita autoridade. Percebi nela disposição, sensibilidade e autoridade para executar as coisas da forma que devem ser executadas. E humildade para ouvir todo mundo e dialogar. Deus nos deu dois ouvidos para ouvir, nos deu discernimento para decidir e nos deu — pelo menos, à maioria — coragem para fazer acontecer. E é isso que a gente espera da presidente da Petrobras. A pauta já é conhecida. Não tem nada de diferente do que sempre defendemos. Não há por que se criar instabilidade e expectativa diferente do que está público.

Há possibilidade de comprar de volta as refinarias que foram vendidas?

Não se descarta nada. Não podemos falar em compra de refinaria como se isso não fosse uma relação comercial. Mas as nossas refinarias não podem ficar sucateadas. Ninguém está falando em novas refinarias, estamos falando, no mínimo, em ter as nossas refinarias.

O mercado reagiu mal diante da percepção de que a Petrobras poderia fazer um retorno ao passado com investimentos que a fizeram ter prejuízos...



A política que o presidente Lula implementou lá atrás na Petrobras estava correta. A Petrobras ficou paralisada por anos por causa da Lava-Jato. O mercado é percepção, ele não busca concretude. Quando perde até 10% do valor da empresa, não passa do capital especulativo se movimentando. A empresa recupera. Não haverá sobressalto. Não trabalhamos com a hipótese de alteração do plano de investimento aprovado. É inadequado querer cumprir o que foi aprovado?

Haverá loteamento de diretorias?

Não existe sequer uma vírgula de diálogo desse tipo. A presidenta esteve comigo aqui durante duas horas e meia sem absolutamente entrarmos em nenhum assunto que se referisse à governança. Ela terá independência para escolher a diretoria. Há natural participação do acionista controlador nas decisões, não é intervenção. Se eu fosse o presidente da Petrobras, me preocuparia muito pouco em falar para fora. Eu me dedicaria à gestão da empresa e me preocuparia em me relacionar bem com o acionista controlador. Esse é o desafio.

O senhor deu esse conselho para Magda?

Não, até porque ela lê jornal. E eu sempre dei esse conselho para o Jean. É impossível você aceitar um convite pensando diferente de quem te convidou. Não necessariamente precisa estar completamente alinhado, mas tem que ter humildade de saber que quem decide é ele. É o líder quem decide.

Magda conseguirá tocar pesquisa e exploração na Foz do Amazonas?

Os extremos não contribuem. O passar boiada do governo anterior ia levar o Brasil à bancarrota. Outro extremo são ambientalistas radicais que não querem praticar a boa política: a que dialoga e, às vezes, perde e entende que faz parte da democracia. Seria cômodo eu embarcar num discurso politicamente correto, mas eu faria um desserviço ao país. Não podemos tirar o direito do Brasil de conhecer suas potencialidades no setor mineral e no de petróleo.

Mas o senhor entende que Magda levará adiante o projeto?

Ninguém em sã consciência aceitaria um desafio conhecendo a visão do governo, incluindo a do ministro de Minas e Energia, se tivesse visão diferente. Quero acreditar que ela vai, sim, se esforçar e terá meu total apoio. Ela vai se esforçar para manter a empresa com credibilidade alta, atrativa para o investidor, mas reconhecendo que a Petrobras não é exclusivamente uma empresa de exploração de petróleo. Ela tem outras obrigações com o investidor e com o Brasil: gás, fertilizante, refino.

E como convencer a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva?

A ministra Marina Silva, nas nossas reuniões sobre o tema, nunca foi textual que é contra. Ela sempre disse que está no Ibama sendo analisado tanto quanto outros processos de licenciamento. Eu não quero acreditar que ela é contra, porque para ser contra a alguma coisa você tem que ter dados objetivos. Esses dados objetivos nunca foram colocados.

No meio dessa tragédia no Sul, essa pauta em investir em combustíveis fósseis não vai na contramão da preservação ambiental?

Todos esses projetos são sintonizados. É preciso uma transição energética justa e inclusiva. Ninguém consegue prever em quantos anos nós vamos poder abrir mão dos combustíveis fósseis.

Já há solução para a isenção na conta de luz dos gaúchos?

Pretendo apresentar até segunda-feira. É evidente que quem perdeu tudo não vai ter condição de pagar a conta de energia enquanto não tiver a vida reestabelecida. Se não achar a solução dentro do próprio setor elétrico, tem de achar recursos do Tesouro Nacional.

O senhor já defendeu que parte dos subsídios da conta de luz sejam pagos pela União, o que não foi bem recebido pela Fazenda. O senhor não teme criar um conflito com o ministro Fernando Haddad por isso?

Não chamo nenhum debate de conflito. Essa é uma ideia que eu levei ao ministro Haddad. Não me sinto confortável em participar de qualquer estímulo a qualquer coisa que possa dividir o governo.

O que falta para sair o acordo com a Eletrobras sobre a composição do Conselho de Administração da empresa, depois que o governo judicializou a questão?

Ainda não há uma decisão tomada se o caminho será acordo ou decisão judicial. Há uma construção ou possibilidade de acordo. E ele não saiu ainda porque o diálogo está em andamento. Nós buscamos fazer justiça. A União é acionista majoritária, tem 43% das ações e só um de nove conselheiros. Não é muito razoável que aumente para onze para dar três ou quatro (essa era uma das propostas em discussão). Tem que discutir a proporcionalidade dentro do número de conselheiros que existem hoje, que são nove.

O senhor acredita que será possível fechar um acordo com Vale e BHP para reparação em Mariana?

É um acordo extremamente complexo, mas eu tenho plena convicção de que ele é possível, e mais do que isso, necessário. Para ambas as partes. Para as empresas, porque elas têm um dano de imagem brutal e um risco econômico nessa ação. E para os brasileiros, porque a morosidade na judicialização desse processo pode ser altamente prejudicial para os danos a serem reparados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/05/2024

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA APROVA LEI DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, COM REGULAÇÃO DA NOVA TECNOLOGIA

Legislação poderá definir padrão para definição de parâmetros para o desenvolvimento da nova tecnologia

Por Agências Internacionais — Bruxelas e Seul



Robô Ameca movido por inteligência artificial no Mobile World Congress (MWC) em Barcelona, Espanha — Foto: Angel Garcia/Bloomberg

O Conselho da União Europeia (UE) aprovou ontem a Lei de Inteligência Artificial, considerada uma das mais abrangentes iniciativas de regulação da nova tecnologia.

Com uma abordagem baseada nos riscos — quanto maior o risco de que uma atividade cause danos à sociedade, mais duras são as regras —, a legislação europeia poderá estabelecer um padrão de

regulação da inteligência artificial (IA).

Com a aprovação no Conselho, a nova lei será publicada no Diário Oficial da UE nos próximos dias e entrará em vigor 20 dias após a publicação. Pelas regras da própria legislação, a regulação será aplicada dois anos depois, com “algumas exceções” para casos específicos, segundo comunicado divulgado pela UE.

Os países da UE chegaram a um acordo sobre a nova lei em dezembro passado. Em março deste ano, o texto legal foi aprovado pelo Parlamento Europeu. A aprovação pelo Conselho da UE é a etapa final.

“A nova lei tem como objetivo promover o desenvolvimento e a adoção de sistemas de IA seguros e confiáveis em todo o mercado único da UE, tanto por atores privados quanto públicos. Ao mesmo tempo, visa garantir o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos da UE e estimular o investimento e a inovação em inteligência artificial na Europa”, diz o comunicado divulgado ontem pela UE.

A nova lei tem como objetivo abordar as preocupações sobre preconceito, privacidade e outros riscos da IA, segundo reportagem de março da agência Bloomberg, que registra uma preocupação das empresas de tecnologia, para as quais a lei seria abrangente demais.

A lei não cita especificamente a remuneração do conteúdo usada pelas plataformas de IA, mas determina que essas ferramentas respeitem as leis europeias de direitos autorais.

Compromissos voluntários

Também ontem, as principais empresas de tecnologia anunciaram que pretendem aderir a uma nova rodada de compromissos voluntários sobre segurança da IA, informaram os governos do Reino Unido e da Coreia do Sul, antes da abertura de uma cúpula global sobre a tecnologia, em Seul.

Segundo o jornal Financial Times, as gigantes da tecnologia Amazon, Google, Meta e Microsoft, bem como a OpenAI, a xAI, de Elon Musk, e a desenvolvedora chinesa Zhipu AI, estão entre as empresas que assumiram compromissos voluntários.

Os compromissos incluem o desligamento de sistemas se não conseguirem controlar os riscos mais extremos. O anúncio se baseia na chamada Declaração de Bletchley, feita na primeira Cúpula de Segurança de IA, organizada pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, em novembro.

No evento de Seul, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres, chamou a atenção para os riscos, em um discurso por vídeo:

— Não podemos entrar em um futuro distópico em que o poder da IA é controlado por poucas pessoas, ou pior, por algoritmos além da compreensão humana.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/05/2024

NOVO DOCUMENTÁRIO EXPÕE “BOMBA RELÓGIO” DA PREVIDÊNCIA

Por Mariana Barbosa

Vai ao ar no dia 10 de junho no YouTube um documentário que é um manifesto por uma nova reforma da Previdência. “INSS – a Bomba relógio do Brasil” é uma produção da AGF, plataforma de conteúdo e informação financeira fundada por Louise Barsi, filha do legendário investidor Luiz Barsi, o “rei dos dividendos”.

Aos 85 anos, e um patrimônio de R\$ 2 bilhões, Barsi pode se dar ao luxo de dispensar o contracheque da previdência pública graças a uma estratégia de investimentos com geração de renda passiva na Bolsa, com foco em papéis que pagam bons dividendos e visão de longo prazo.

O documentário tem depoimentos de economistas como Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro, e Eduardo Giannetti, professor e membro da Academia Brasileira de Letras; de especialistas em previdência e contas públicas como Hélio Zylberstajn, Fábio Giambiagi e Paulo Tafner. Entre outras participações, o próprio Luiz Barsi dá seu depoimento, assim como Ana Carla Abrão, chefe de Novos Negócios da B3.

Apesar da reforma de 2019, o nível de gastos com a Previdência Social no Brasil representa 13% do PIB e se assemelha a países de perfil demográfico mais envelhecido. No documentário, Mansueto Almeida alerta que, para a estrutura demográfica do Brasil, deveríamos gastar entre 7% e 8% do PIB. — O gasto previdenciário é crescente. O regime geral de previdência e de funcionários públicos representa praticamente a metade do gasto público federal. Sem dúvida, controlar o gasto com previdência é uma das medidas fiscais mais importantes para a gente eventualmente chegar ao equilíbrio das contas públicas nos próximos anos — diz ele no documentário.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/05/2024

PRESIDENTE DO BNDES QUER TAXAS MENORES PARA LINHA DE CRÉDITO PARA RECONSTRUÇÃO DO RS

Mercadante disse que apenas Lula dará mais detalhes sobre linha extraordinária; seminário para discutir as experiências internacionais de prevenção está na pauta do banco

Por Carolina Nalin — Rio de Janeiro



Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, em evento na sede do banco — Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, defendeu nesta quarta-feira taxas menores para a linha de crédito especial que o governo planeja anunciar para auxiliar a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul.

— Vamos operar uma linha no Rio Grande do Sul, mas precisamos de taxas de juros menores — afirmou Mercadante, em seminário que discutiu as rotas de descarbonização da economia, evento organizado em parceria com CEBRI, BID, BNDES e EPE.

Apesar de citar a demanda por taxas menores, o presidente do banco de desenvolvimento disse que não daria detalhes sobre a nova linha de crédito.

— Não adianta porque eu não vou falar. Quem vai anunciar é o presidente Lula.

O presidente do BNDES aproveitou para citar esforços que o banco vem fazendo para auxiliar no debate sobre a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul. Segundo ele, o banco prevê realizar um seminário para discutir as experiências internacionais para reconstrução de regiões, com exemplos do que já foi feito em países como Japão e Indonésia.

Cidade esponja, recuo dos rios, sistemas de bombeamento e drenagem são algumas das estratégias adotadas pelos países, comentou Mercadante.

— Queremos aprender com essas experiências e ter um programa inovador.

Mercadante comentou ainda que o banco está 24 horas pensando em políticas para enfrentar a emergência da tragédia e toda agenda da reconstrução, incluindo meios de mitigação e adaptação aos eventos climáticos.

—(Esse plano) ainda nem começou e vai ser absolutamente decisivo repensar a ocupação do solo e a reconstrução de Porto Alegre e de boa parte das cidades do estado do RS.

Para Mercadante, a tragédia no Rio Grande do Sul “abalou a convicção dos negacionistas” porque expôs os efeitos do aquecimento global.

Ao citar iniciativas do banco para acelerar a transição energética, ele defendeu que o país supere o “negacionismo econômico” em torno da agenda ambiental e que sejam destinados mais recursos para transição.

— Esta é a primeira vez na História que a nova energia é mais cara que a anterior, então ela precisa de incentivo

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/05/2024

PARCERIA LEGISLATIVO E EXECUTIVO ESTÁ FUNCIONANDO BEM, DIZ HADDAD EM AUDIÊNCIA A DEPUTADOS NA CÂMARA

Ministro da Fazenda explica situação fiscal do país e dá expectativas de cenários futuros
Por Victoria Abel — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em audiência na Câmara dos Deputados — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está em audiência com deputados na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Aos parlamentares, ele justifica a situação fiscal do país e explica mudanças tributárias. Haddad disse que a relação entre o governo e o Congresso Nacional vai bem.

-- A parceria Legislativo e Executivo está funcionando bem. Quando fazemos um acordo é para ambos saírem satisfeitos. O que teria sido do país se os dois poderes não tivessem sentado à mesa e chegado a uma conclusão. Esse ajuste (fiscal) está sendo feito, com o menor custo social possível. Queremos terminar este ano com as contas equilibradas -- diz Haddad.

Recentemente, Haddad e o Congresso passaram por rugas quando o ministro insistiu em judicializar a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios. Após o clima pesar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Fazenda e parlamentares chegaram a um acordo para reoneração gradual das contribuições.

A desoneração atinge setores econômicos que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Entidades empresariais e sindicatos ressaltam que ela é importante para a geração e manutenção de emprego e renda. Esse modelo permite que empresas substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento — que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e serviço prestado.

A partir de 2025, haverá um aumento progressivo da cobrança sobre a folha, começando em 5%. Esse aumento será acompanhado da redução gradual do tributo sobre o faturamento, de forma a equalizar a carga tributária.

Falta os poderes chegarem a um acordo para a desoneração da folha dos municípios. A manutenção da alíquota de contribuição previdenciária em 8% está acertada para 2024, mas a reoneração gradual nos próximos anos ainda precisa ser definida. O relator da proposta no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), deve apresentar um parecer até sexta-feira, após a Fazenda estimar uma compensação para a medida.

Reforma tributária

Fernando Haddad ainda fez questão de destacar o protagonismo da Câmara no debate da reforma tributária. O ministro deve entregar a segunda parte da regulamentação da reforma tributária na semana que vem

– A Fazenda é um backoffice do Congresso na reforma tributária, estamos aqui para ajudar.

Política fiscal

O ministro ainda afirmou que a harmonização entre política fiscal e monetária será fundamental para o alcance da meta fiscal e o equilíbrio das contas.

– A política fiscal e monetária tem que se harmonizar, andar juntas. Se a política monetária corresponder a fiscal, podemos ter um ciclo virtuoso. Se você harmoniza as duas, se cria a condição para queda dos juros. O déficit de R\$ 200 bilhões pode ser zerado, ou perto disso, mas o esforço é para zerar. A transição (para um equilíbrio das contas) depende se a política monetária corresponder a fiscal, podemos ter um ciclo virtuoso – afirmou.

Haddad disse ainda que há um ruído exagerado na sociedade e na imprensa sobre a situação fiscal do país. Recentemente, economistas alertaram para fragilidades do arcabouço fiscal e perigos no curto e longo prazo.

No curto prazo, estão o anúncio da mudança das metas fiscais de 2025 e de 2026, o efeito retardado das medidas de aumento da arrecadação aprovadas ano passado, uma alteração no recém-nascido arcabouço, para antecipar uma elevação de R\$ 15 bilhões nos gastos, e a alta dos juros no mercado de títulos públicos — na contramão do ciclo de queda da taxa básica Selic (hoje em 10,5% ao ano).

No longo prazo, se destacam a resistência do governo em atacar as despesas, a dinâmica de gastos da Previdência, a política de correção do salário mínimo, a vinculação de despesas com Saúde e Educação e as dificuldades históricas com a avaliação e a melhoria da qualidade das políticas públicas.

Devedor contumaz

Fernando Haddad também sinalizou que o projeto de punição ao devedor contumaz, aquele que permanece em sonegação de impostos com a União, deve ser retomado.

– É fundamental termos uma lei que puna o devedor contumaz. O que faz a alíquota subo pelo não pagamento de impostos. Se acabarmos com a sonegação, poderíamos ter um IVA mais baixo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/05/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CAIXA TEM FALTA DE RECURSOS PARA ATENDER CRESCIMENTO DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO EM 2025

Presidente do banco estatal cobrou três medidas do governo como forma de reduzir o custo do capital

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast) e Matheus Piovesana (Broadcast)

SÃO PAULO - Após mais um trimestre de crescimento forte da carteira de crédito imobiliário, que chegou a R\$ 754 bilhões, a Caixa Econômica Federal fez um alerta para a necessidade de conquistar mais fontes de recursos para a linha, que enfrenta um dilema com o encolhimento da poupança e a maior participação de captações de mercado, mais caras.

“Os recursos estão no limite da capacidade de financiamento da habitação”, disse o presidente da Caixa, Carlos Vieira, em coletiva de imprensa para comentar os resultados do banco, na semana passada. O executivo disse que é preciso criar mecanismos que reduzam o custo de capital para a linha, que tem forte efeito multiplicador na economia. “Em 2024, a questão da habitação está resolvida. Em 2025, não sabemos”, disse ele.

Para impedir que o “copo fique vazio”, Vieira cobrou medidas do governo, em três frentes: desenvolver o mercado secundário de crédito imobiliário; estimular a participação de fundos de pensão no segmento; e destinar recursos dos depósitos compulsórios dos bancos à linha. Dessas três, só a primeira está sendo resolvida, após o Ministério da Fazenda editar medidas para fomentar, por exemplo, a negociação de carteiras de imóveis pelos bancos.

A Caixa tem despontado no financiamento habitacional desde o ano passado, porque, com os juros a dois dígitos, os bancos privados, que têm um saldo menor de captações via poupança, reduziram as concessões. A Caixa as manteve, mas também foi afetada pelos saques na caderneta de poupança e teve de reforçar as captações através de letras de crédito, que são remuneradas a um percentual



do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, a taxa cobrada pelos bancos nas transações feitas entre eles).

Pressão sobre o crédito

Carteira de crédito da Caixa bate recorde.

Período	Carteira imobiliário	Alta anual
mar/24	754,3 bi	14,40%
dez/23	733,3 bi	14,60%
set/23	707,9 bi	14,60%
jun/23	682,8 bi	15,00%
mar/23	659,3 bi	14,40%
dez/22	637,9 bi	13,60%
set/22	618,6 bi	12,80%
jun/22	595,2 bi	11,00%
mar/22	570,5 bi	10,10%
dez/21	557,6 bi	9,20%
set/21	524 bi	8,70%
jun/21	529,5 bi	9,20%
mar/21	518,4 bi	10,20%

Source: Caixa

No primeiro trimestre deste ano, a Caixa conseguiu reverter a queda dos depósitos de poupança, que subiram 2,7% em um ano, para R\$ 358,684 bilhões. Também aumentou o saldo de Letras de Crédito Imobiliário em 69,2%, para R\$ 158,225 bilhões, abocanhando 43% do estoque desse tipo de título no mercado brasileiro.

A questão é que a Caixa está 'sobreadicada' em crédito imobiliário. A carteira imobiliária do banco que é financiada por recursos da poupança equivale a 88% dos depósitos, bem acima dos 65% que o Conselho Monetário Nacional (CMN) determina que devem ser destinados ao produto. A diferença é complementada pelos instrumentos de mercado, que são mais caros.

E as concessões de crédito imobiliário continuam fortes no banco público, apesar da limitação do funding, comentou a vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães. Segundo ela, são 2,8 mil novos financiamentos liberados por dia, em média.

Em uma possível fonte, a Caixa prepara uma emissão no exterior de títulos verdes, que seguem critérios sociais, ambientais e de governança (ESG, na sigla em inglês). O valor vai depender do interesse dos investidores, disse o vice-presidente de Sustentabilidade e Cidadania Digital, Paulo Rodrigo. O banco público fez reuniões recentes nos Estados Unidos para avaliar esse interesse, o chamado non-deal roadshow. No ano passado, fez sondagens na Europa e teve sinalização positiva por gestoras de recursos.

Resultado

No primeiro trimestre, a Caixa teve lucro líquido recorrente de R\$ 2,883 bilhões, crescimento de 49% em um ano. O crescimento da carteira de crédito foi o motor da alta, ao gerar mais receitas tanto com os juros das operações quanto com os serviços a elas associados. Entretanto, o crédito imobiliário

concentrou boa parte do crescimento - o banco público responde por quase 70% dos financiamentos imobiliários do País.

A segunda maior carteira do banco, de crédito comercial para pessoas físicas, caiu 2,7% em um ano, para R\$ 133,955 bilhões. A carteira para infraestrutura teve avanço de 2,9%, para R\$ 100,264 bilhões. O portfólio total da Caixa subiu 10,4%, para R\$ 1,144 trilhão, no maior saldo de crédito em território nacional. A carteira total do Itaú é maior, mas parte dela vem da América Latina.

O banco público espera ganhar tração em outras linhas ao longo dos próximos meses. O vice-presidente de Finanças e Controladoria, Marcos Brasiliano, disse que após definir os limites de atuação, a Caixa deve ampliar os desembolsos para infraestrutura no segundo semestre.

“A carteira de infra chegou a R\$ 100 bilhões, mas ainda está bem aquém do que o País precisa”, afirmou Brasiliano. A expectativa da Caixa é alavancar os desembolsos a partir do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que deve ter no banco um importante agente financeiro.

Para este ano, a Caixa projeta um crescimento de 7% a 11% na carteira de crédito. Para habitação, total e com recursos da poupança, a alta deve ser entre 8% e 12%, a despeito dos desafios de captação que persistem.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/05/2024*

LIRA DÁ PRAZO DE 60 DIAS PARA GRUPOS DE TRABALHO DA REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da PEC da reforma, Aguinaldo Ribeiro tinha apoio do governo Lula para relatar também a regulamentação, mas ficou de fora de grupos que vão discutir tema

Por Iander Porcella (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deu prazo de 60 dias a partir desta terça-feira, 21, para os grupos de trabalho de regulamentação da reforma tributária sobre o consumo, com possibilidade de prorrogação, caso seja necessário. O deputado alagoano anunciou os 14 integrantes dos GTs e deixou de fora o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que tinha o apoio do governo Lula.

Mais cedo, Lira já havia dito que os dois GTs não teriam um único relator. De acordo com ele, todos os sete membros de cada um dos dois grupos trabalharão nos textos finais, que serão assinados por um desses parlamentares apenas para cumprir uma formalidade. “É mais democrático todo mundo cuidar junto”, declarou.

Farão parte do primeiro GT, que analisará o projeto principal de regulamentação da reforma enviado pelo governo, os deputados Claudio Cajado (PP-BA), Reginaldo Lopes (PT-MG), Hildo Rocha (MDB-MA), Joaquim Passarinho (PL-PA), Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Moses Rodrigues (União-CE) e Luiz Gastão (PSD-CE).



O outro GT, que tratará do segundo projeto de regulamentação que o governo enviará semana que vem, terá como integrantes os deputados Vitor Lippi (PSDB-SP), Pedro Campos (PSB-PE), Mauro Benevides Filho (PDT-CE), Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), Ivan Valente (PSOL-SP), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Bruno Farias (Avante-MG).

Lira já havia anunciado que não haveria um único relator para a regulamentação da reforma Foto: Wilton Júnior / Estadão



O governo Lula queria que Aguinaldo Ribeiro ficasse também com a relatoria da regulamentação, mas Lira resistiu a indicar o correligionário ao posto.

O projeto principal que regulamenta a emenda constitucional chegou ao Congresso três semanas atrás, em 24 de abril, entregue em mãos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a Lira e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Aliados têm dito que a intenção de Lira ao criar os GTs sem relatoria específica é acelerar as discussões, com mais parlamentares dedicados ao texto, ao contrário do que ocorreria se houvesse apenas um relator.

Alguns deputados, contudo, dizem que descentralizar a relatoria pode atrasar o processo. Outros avaliam que Lira quer “tratorar” a análise da regulamentação, ou seja, aprovar de forma rápida, sem muito espaço para debate. As frentes parlamentares que apresentaram 13 propostas alternativas às do governo, por exemplo, esperavam discutir os textos em comissões.

Além da preferência do governo, aliados de Aguinaldo argumentavam que ele tinha a confiança do mercado financeiro e conhecia os detalhes do texto. O deputado relatou a PEC desde o início da tramitação, em 2019, quando a proposta passou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em colegiado especial. Em 2023, quando Lira retomou a discussão da reforma, foi designado relator em plenário.

Há uma avaliação entre deputados de que Lira ficou incomodado com o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter demonstrado em público preferência pelo deputado paraibano como relator do projeto principal de regulamentação. O presidente da Câmara, contudo, tem negado a interlocutores que tenha se irritado com a declaração do petista.

No Senado, por outro lado, o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que é “natural” que o relator da regulamentação na Casa seja o mesmo da PEC, o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Deputados também afirmam que Aguinaldo é um “nome oculto” na disputa pela sucessão de Lira e que movimentações do deputado da Paraíba nos bastidores teriam desagradado ao presidente da Câmara. A eleição da Mesa Diretora ocorre somente em fevereiro de 2025, mas as articulações já estão em andamento.

A relação entre Lira e Aguinaldo já passou por altos e baixos. Em 2021, quando o deputado alagoano se elegeu presidente da Câmara pela primeira vez, Aguinaldo apoiou Baleia Rossi (MDB-SP) na disputa, depois de desistir de sua própria candidatura, mesmo sendo do mesmo partido de Lira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/05/2024

HADDAD DIZ QUE PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO CUMPRIU AS EXPECTATIVAS E QUE INFLAÇÃO ESTÁ CONTROLADA

Avaliação do ministro da Fazenda contrasta com a do Banco Central, que reduziu o ritmo de queda dos juros e alertou para a piora das expectativas

Por Alvaro Gribel

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na manhã desta quarta-feira, 22, que os primeiros quatro meses do ano cumpriram as expectativas da pasta. Em audiência pública na Câmara dos Deputados, ele afirmou que a arrecadação veio dentro do esperado, com desemprego baixo e inflação dentro da meta. Segundo ele, o objetivo é chegar ao final do ano com as contas públicas equilibradas.

“Nosso desejo é terminar o ano com as contas equilibradas. O primeiro quadrimestre cumpriu as expectativas, que eram consideradas exageradas, que não iam acontecer. Por enquanto, está acontecendo, tanto do ponto de vista do crescimento quanto de inflação, emprego, fiscal”, afirmou.



Segundo Haddad, segundo projeto da regulamentação da reforma tributária será enviado semana que vem Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Segundo o ministro, a inflação no Brasil está ‘totalmente controlada’, com os chamados “núcleos”, que excluem itens mais voláteis, rodando abaixo da meta de 3%.

“A inflação está totalmente controlada, núcleos abaixo da meta, que é exigente, de 3%. Nos 25 anos de regime de metas, quantas vezes isso aconteceu? Às vezes me chegam comentários, e me pergunto de onde está saindo a informação. Olho para o IPCA-15, núcleos, emprego, Caged, IBGE, notas de crédito de três agências internacionais, a impressão que dá é que tem um fantasma fazendo a cabeça das pessoas”, disse.

A avaliação do ministro, no entanto, contrasta com o alerta feito pelo Banco Central na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), quando reduziu o ritmo de cortes das taxa de juros, de 0,5 para 0,25 ponto porcentual, e abriu a porta até para interromper o ciclo de cortes da Selic em junho. O Boletim Focus desta semana também mostrou uma piora das expectativas, com o IPCA projetado para este ano subindo para 3,8%, e para o ano que vem, para 3,74%.

Reforma tributária

Haddad reforçou que o segundo projeto de lei que regulamenta a reforma tributária será enviado pela equipe econômica na próxima semana. Ele explicou que o secretário extraordinário da reforma Tributária, Bernard Appy, está finalizando as negociações com Estados e municípios, para que o texto seja encaminhado.

“O primeiro projeto de lei foi entregue em mãos, o segundo será entregue na semana que vem, depende dos Estados e municípios, mas o Appy disse que fecha os entendimentos para chegar aqui e os senhores avaliarem”, afirmou.

Haddad ainda defendeu a política fiscal do governo, afirmando que herdou contas em aberto do governo Bolsonaro.

“O Orçamento feito pelo governo anterior já previa R\$ 63 bilhões de déficit para 2023. Havia ainda R\$ 60 bilhões de Bolsa Família a descoberto. E mais R\$ 15 bilhões de Previdência. Só aí já estamos falando de R\$ 140 bilhões, sem contar o que não estava previsto com precatórios”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/05/2024

OPINIÃO - GOVERNO TRABALHA EM TRÊS TEMAS PARA GARANTIR ENERGIA LIMPA E TARIFA JUSTA

Transição energética é uma oportunidade de construir uma sociedade justa e próspera, fortalecendo a economia verde

Por Alexandre Silveira

Em um setor elétrico baseado em fontes renováveis e limpas, com abundância de oferta, parece contraditório que a tarifa seja alta. A missão dada a nós pelo presidente Lula, além de nobre, faz todo sentido. É preciso entender a fundo as distorções e as causas que levaram à disparada dos preços, para poder deixar um legado importante: uma tarifa de energia justa.

Em média, mais de 18% das tarifas pagas pelos brasileiros, antes de impostos, custeiam encargos. Entre 2010 e 2023, o valor pago a título de encargos cresceu 258%, contra a inflação medida pelo IPCA de 115% e um aumento médio da tarifa residencial de energia de 146%.

Alguns desses encargos são necessários, como o custeio do Luz Para Todos e a Tarifa Social, políticas públicas de Estado. Outros são dispensáveis, como aqueles para o desenvolvimento de tecnologias já competitivas, que nos faz líder global da transição energética. Em vários países, as políticas sociais são custeadas por recursos reservados no orçamento, mas, no Brasil, são pagos pelos consumidores de energia elétrica. No nosso país, paga-se mais subsídios para estimular consumidores a instalarem sua própria geração de energia do que para custear a Tarifa Social.

Além disso, nem todos consumidores podem escolher seu supridor. Consumidores residenciais, pequenas indústrias e comércios não possuem essa opção. Deveria ser possível que todos pudessem escolher seu supridor, mas sem que o exercício dessa faculdade deixe custos a quem optar por permanecer no mercado cativo.



Governo tenta garantir participação de energia renováveis na matriz energética nacional Foto: TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Má distribuição de subsídios, alto valor dos encargos e distorções entre o ambiente regulado e livre. Essas foram as avaliações realizadas por especialistas na reunião convocada pelo presidente Lula para entender por que a tarifa é tão elevada.

A análise dos especialistas é compatível com o diagnóstico feito no Ministério de Minas e Energia. E é sobre esses três temas que iniciaremos uma proposta de reformulação do setor elétrico. Estamos trabalhando para encaminhar ao Congresso Nacional, até o mês de agosto, um projeto de lei focado nesses temas. O texto terá como base o diálogo com os consumidores e o respeito à segurança jurídica.

A transição energética é uma oportunidade de construir uma sociedade justa e próspera, fortalecendo a economia verde, viabilizando a agricultura e a indústria de baixo carbono e ao mesmo tempo que combatemos a mudança climática. Temos energia limpa, renovável e competitiva e, a partir dela, vamos beneficiar os cidadãos e dar exemplo ao mundo. Mãos à obra!

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/05/2024

Valor ECONÔMICO
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

FT/ANÁLISE: INVESTIDORES VIVEM FESTA ANTES DO CHOQUE DE REALIDADE DO MÉXICO

À medida que mais empresas transferem a produção da China para o vizinho ao sul dos EUA, a economia cresce; mas as eleições vêm aí e tudo pode mudar

Por Michael Stott, Em Financial Times



Cidade do México — Foto: Robbie Herrera/Unsplash

A festa no México está a todo vapor. À medida que mais empresas transferem a produção da China para o vizinho ao sul dos EUA, a economia cresce, assim como os salários. Os parques industriais estão ficando sem espaço e o peso mexicano foi uma das moedas mundiais que mais se valorizaram em relação ao dólar no ano passado. Ele já subiu 53% em relação à moeda americana desde o ponto mais baixo registrado durante a pandemia de covid-19 em



2020.

“Cheguei aqui otimista”, disse o presidente-executivo de uma grande empresa dos EUA ao término de uma viagem recente à Cidade do México, “e estou indo embora ainda mais otimista”.

Banqueiros também comemoram. As emissões de ações no México triplicaram no ano passado, as vendas de bônus corporativos foram as maiores em oito anos e a participação do México nas receitas de bancos de investimentos na América Latina disparou.

“Se tivesse de escolher um país, esta poderia ser a opção número um”, disse Jamie Dimon, presidente-executivo do JP Morgan, à Bloomberg Television em novembro.

Em meio à festa, o México realizará eleições presidenciais e legislativas no dia 2 de junho. O presidente Andrés Manuel López Obrador, um excêntrico esquerdista da velha escola, não pode concorrer novamente, mas as pesquisas apontam para uma vitória decisiva da sucessora que ele escolheu, Claudia Sheinbaum. Isso é uma boa notícia, segundo a visão consensual, porque a candidata do partido no poder oferece uma mistura atraente de continuidade com uma pitada de modernidade tecnocrática.

Elefantes pela sala

No entanto, um estranho que chegar atrasado à festa no México poderá ficar impressionado com outra coisa, que os convivas estão fazendo o possível para não notar: há quatro grandes elefantes vagando pela sala.

O primeiro deles é o crime organizado. Assassinatos, extorsões e roubos de cargas dispararam durante a presidência de López Obrador. Os cartéis do país controlam mais territórios do que nunca (mais de um terço, segundo estimativa de militares dos EUA) e entranharam-se em novos esquemas como o tráfico de migrantes e o roubo de combustíveis.

A segunda área de preocupação são as finanças públicas. Após proclamar um compromisso eterno com a frugalidade nos primeiros cinco anos no cargo, López Obrador subitamente perdeu suas inibições no ano eleitoral e começou a gastar. O resultado é o maior déficit fiscal do México desde 1988, previsto para alcançar 5,9% este ano. A explicação oficial é que o rombo deste ano é um caso isolado, provocado por um aumento dos gastos de capital para concluir os projetos especiais de López Obrador, como uma nova refinaria de petróleo de US\$ 19 bilhões.

Mas isso não se sustenta: um economista aponta que os investimentos públicos já caíram 23% este ano. Em cerca de 2,5% do PIB, mesmo que eles fossem reduzidos à metade no ano que vem, não faria muita diferença no déficit. Gastos permanentes muito mais altos com a assistência social e o aumento do apoio à altamente endividada estatal de petróleo Pemex são os principais culpados pelo rombo nas finanças públicas. Esses problemas não vão desaparecer.

A terceira preocupação é o estado das instituições do país, que foram atacadas por López Obrador como remanescentes de um passado “neoliberal” falido. A Suprema Corte, o instituto eleitoral independente, as autoridades reguladoras estatais e até mesmo o instituto de transparência foram todos alvos de ataques.

O quarto possível problema para os investidores é a política de Sheinbaum. A imagem cuidadosamente cultivada da candidata do partido governante, de uma líder pragmática e tecnocrata, é baseada em seu histórico de prefeita da Cidade do México e na sua formação de cientista climática que fez doutorado em Berkeley e integrou o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, vencedor do Prêmio Nobel em 2007.

Mas Sheinbaum se define tanto como um produto do ativismo estudantil radical de esquerda e da filiação partidária ao longo da vida, como cientista e tecnocrata. Essa Sheinbaum é bem diferente: empenhada em promover profundas mudanças políticas e econômicas para alcançar a justiça social e acabar de uma vez por todas com o que ela vê como políticas econômicas “neoliberais”

fracassadas. Seu veredito sobre os 30 anos do México anteriores a López Obrador como economia de livre mercado orientada para o comércio com os EUA? Isso trouxe uma “pobreza e desigualdade atroz”.

Ela compartilha da convicção do presidente de que os tribunais do México são tendenciosos a favor das elites conservadoras e concorda com a solução dele de usar as urnas para eleger os juizes da Suprema Corte. Sheinbaum não está preocupada com o fato de a nova polícia federal criada por López Obrador e aeroportos e até mesmo uma companhia aérea, uma vez que o Exército do México “vem da revolução mexicana, ele não vem das elites”.

Por enquanto, muitos investidores no México estão adorando a festa, mas a realidade cada vez mais desconfortável provavelmente os deixará sóbrios rapidamente.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/05/2024

EM TEMPOS DE DESCARBONIZAÇÃO, O CAMINHO É O ‘POWERSHORING’

Combinação estratégica inclui proximidade a fontes de água, produção barata de energia renovável e endereço favorável ao escoamento da produção

Por Lúcia Helena de Camargo — Para o Valor, de São Paulo



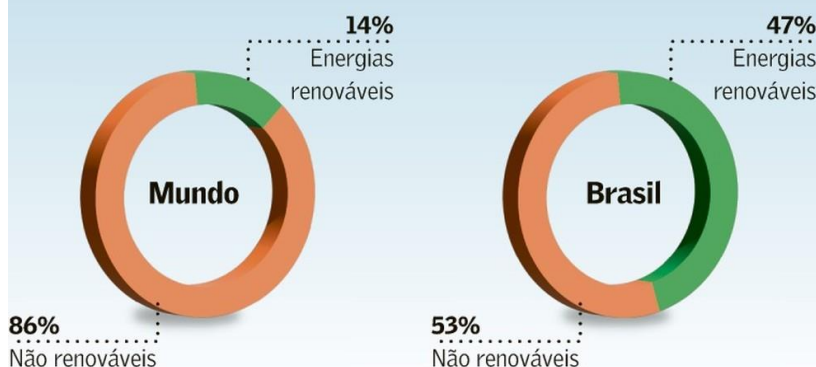
Rosana Santos: “Não podemos esquecer a importância da nossa vocação pacífica” — Foto: Divulgação

Se o século XX foi o da globalização, no XXI a geografia ganha relevância ímpar. A localização no planeta é mais decisiva do que nunca, podendo determinar se a região será riscada do mapa em razão dos desastres causados pelo aquecimento global ou alçada a altos níveis de prosperidade. A combinação estratégica que inclui proximidade a fontes de água, produção abundante e barata de energia renovável e endereço favorável ao escoamento da produção surge com o nome de powershoring, definida como uma estratégia corporativa nos tempos da descarbonização para a produção eficiente e segura de bens intensivos em energia para exportação.

Criador do termo, Jorge Arbache, vice-presidente para o setor de desenvolvimento do Banco de Desenvolvimento da América Latina, estima que o powershoring, com investimentos de US\$ 96 bilhões em cinco anos, tem potencial de gerar até US\$ 395 bilhões em exportações brasileiras ao longo da próxima década, por meio da mobilização de pelo menos 30 projetos industriais de grande porte nos setores de aço, alumínio, fertilizantes, celulose, cerâmica, vidro e química, entre outros.

Rumo à descarbonização

Matriz energética (2022)



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética

Segundo Arbache, entre os locais no Brasil que despontam como propícios a receber capital internacional dentro dessa estratégia estão o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), o Porto de Suape (PE) e, entre outros, o Vale do Jequitinhonha (MG). “O movimento ainda vai crescer muito”, afirma ele que é também professor de economia da Universidade de Brasília (UnB).

“Temos muito mais do que recursos renováveis. Possuímos matérias-primas industriais importantes, recursos minerais, sistema elétrico



interligado, sistema bancário confiável, água em abundância e muitas iniciativas no campo da inovação”, afirma Rosana Santos, diretora-executiva do Instituto E+ Transição Energética, que ressalta outra característica favorável: “Não podemos esquecer a importância do friendshoring - a nossa vocação pacífica, pois não estamos em guerra com ninguém”, diz.

“O Brasil reúne condições excepcionais e precisa agarrar a oportunidade com unhas e dentes, para atrair os investimentos internacionais de peso, que podem levar a uma neointustrialização do país sobre bases verdes”, diz Santos.

Entre os setores mais promissores, de acordo com a executiva, está a produção de aço. “O Brasil vende hoje uma tonelada de ferro bruto a cerca de US\$ 100 no mercado internacional, mas já tem condições de produzir o semiprocessado, cujo preço alcança US\$ 700”, aponta. “Somando o adensamento ao valor baseado no fato de que estaremos oferecendo produtos feitos com baixas emissões, há muitas possibilidades de avançar nesse caminho, com a China, Austrália e Coreia no topo da lista de potenciais compradores.”

Cecilia Tam, responsável pela unidade de investimento energético da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla original), enxerga como robustas as expectativas de chegada de investimentos ao país. “A abundância de energia limpa no Brasil torna-o um destino particularmente atraente para o investimento estrangeiro, à medida que mais países e empresas se comprometem com metas de zerar emissões”, diz. A agência calcula que estão confirmados US\$ 45 bilhões em investimentos em energia limpa no Brasil até 2030. No mundo todo, a IEA estima que terão de ser gastos US\$ 3,1 trilhões na área para cumprir os compromissos climáticos.

Na estimativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a necessidade de investimento para a transição energética somente nos países da América Latina e Caribe seria de US\$ 1,3 trilhão por ano, mas a instituição calcula que apenas 3% têm efetivamente chegado. Arbache lista dois empecilhos principais: “Temos que driblar o forte protecionismo da Europa e dos Estados Unidos e levar em consideração que o custo do capital no Brasil é alto”.

Já Tam lembra que o subsolo brasileiro pode ser outra fonte de riqueza: “À medida que a emergência climática se intensifica, aumenta a procura pelos minerais essenciais para as tecnologias de energia renovável, como painéis solares, turbinas eólicas e veículos elétricos”. De acordo com relatório de 2023 da IEA, a capacidade global de armazenamento terá que crescer seis vezes até 2030. Em 15 anos, os custos das baterias caíram 90%, o que permitiu que as vendas de automóveis elétricos aumentassem de 3 milhões em 2020 para quase 14 milhões no ano passado. A IEA estabelece a eletricidade e transporte como os dois pilares fundamentais para reduzir as emissões e limitar o aquecimento global a 1,5°C.

São conhecidas as reservas de lítio localizadas no Chile, Argentina, Austrália e China. O Brasil tem potencial de entrar na competição com o Vale do Jequitinhonha (MG), que passou a ser chamado de Vale do Lítio, em razão da grande quantidade do mineral ali concentrado, estimada em 900 milhões de toneladas. A InvestMinas, agência mineira de promoção de investimentos, divulga ter atraído de 2019 até hoje R\$ 6,8 bilhões em investimentos para o Vale do Lítio.

A UCB Power, fundada há 50 anos, aposta nas reservas de lítio mineiras para crescer. Com investimento previsto até 2028 de R\$ 380 milhões apoiado pela Invest Minas, a empresa pretende expandir a produção da linha de baterias usadas para armazenamento de energia proveniente da geração solar, fabricadas na planta de Extrema (MG). “Vamos ampliando a capacidade produtiva com segurança e assertividade”, diz Marcelo Rodrigues, vice-presidente de negócios e inovação da UCB Power. O faturamento da empresa foi de R\$ 1 bilhão em 2023 e há a expectativa de crescer 20% este ano.

Outra empresa que entra no movimento powershoring é a Lightsource bp. Com presença em 19 países, começou a operar em dezembro de 2023 o Complexo Solar Milagres, no município de Abaiara, no Ceará, investimento de R\$ 800 milhões obtidos por meio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). A planta tem capacidade de gerar cerca de 460 mil MWh por ano, energia

suficiente para abastecer cerca de 212 mil residências. “Milagres já contribui para um ambiente mais saudável, reduzindo a emissão de aproximadamente 246 mil toneladas de CO2 por ano, o que equivale às emissões de 57.068 carros movidos a gasolina e diesel”, compara Ricardo Barros, country manager da empresa no Brasil.

O principal cuidado a ser adotado pelas organizações que tencionam atrair investimento internacional é manter os custos baixos, de acordo com Erik Rego, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) e da Fundação Vanzolini. E a lição para os governos é criar infraestrutura. “Produzir com energia renovável é mais caro. O preço tem feito alguns recuarem, como ocorreu com a Alemanha. É simples, se é perguntado à população desses países: você prefere comprar produtos feitos com energia não-poluente? A resposta é um estrondoso sim; porém, em seguida vem a questão ‘concorda em pagar 50% mais caro?’ e tudo muda de figura”, pondera. “O Brasil precisa encontrar meios de surfar na onda do powershoring e receber os bilhões do investimento internacional. Mas é necessário ficar atento aos custos, à compliance e incrementar pontes, estradas, ferrovias. Urgentemente. Porque se não acelerarmos, podemos perder o bonde e, em 20 anos, sermos ultrapassados pelos países que se mostrarem mais eficientes.”

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/05/2024

COMPANHIAS AÉREAS VOLTAM A VOAR PARA RS USANDO BASE EM CANOAS

Setor planeja ofertar 28 voos por semana, todos saindo de São Paulo, diante da suspensão temporária do aeroporto de Porto Alegre

Por Cristian Favaro — De São Paulo



Passagens já estão disponíveis para venda nos sites das empresas; voos para base aérea começam na segunda-feira (27) — Foto: Agência Brasil

As companhias aéreas do país começaram a se organizar para operar voos comerciais na Base Aérea de Canoas (RS). A operação temporária chega diante da interrupção de voos no aeroporto de Porto Alegre. Com isso, o embarque vai ser feito em um shopping da região e os passageiros vão ser levados de ônibus ao terminal. Até agora, são 28 voos confirmados por semana por Gol, Azul e Latam.

O terminal da capital do Rio Grande do Sul está com operações suspensas por causa de alagamentos e ainda não há previsão de quando ele deverá ser reaberto.

Os bilhetes já podem ser encontrados nos sites das empresas. Ontem, no início da tarde, as tarifas rondavam a casa de R\$ 600 o trecho. Por volta das 19h, entretanto, as passagens já estavam acima de R\$ 1.000 no site das aéreas. Na Gol, que iniciou as vendas após as 20h, as passagens estavam em torno de R\$ 800. A precificação é dinâmica.

A autorização para voos comerciais em Canoas veio da movimentação do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Aviação Civil. Segundo as aéreas, a operação é fundamental para viabilizar o transporte de mantimentos e doações às vítimas das chuvas. Com voos comerciais, essas cargas podem ser transportadas na barriga dos aviões de passageiros, o que reduz a necessidade dos voos cargueiros, que são mais caros.

A Fraport Brasil, concessionária do terminal de Porto Alegre, foi designada como responsável pela operação comercial em Canoas.

“A estrutura do ParkShopping Canoas fará parte desta operação, onde a Fraport receberá os passageiros para os procedimentos de segurança e embarque, antes do deslocamento via terrestre



até a Base Aérea de Canoas. Os detalhes sobre horários dos pousos e decolagens, bem como rotas, podem ser consultados com as companhias aéreas”, informou a operadora.

Os embarques e desembarques serão realizados diariamente das 6h às 18h e de forma adaptada no andar térreo do ParkShopping Canoas. O check-in de cada voo será encerrado uma hora antes da decolagem.

A Gol vai começar a voar para Canoas no próximo dia 1º de junho. No total, serão nove voos semanais saindo de Guarulhos. As operações serão com o Boeing 737, com capacidade 186 passageiros.

Todos os dias da semana, a empresa irá operar voos de ida e volta entre Guarulhos e Canoas. Às quartas e sábados estão previstas mais de uma ligação.

“Além do transporte de passageiros e profissionais que se deslocam para prestar auxílio à população local, as novas operações em Canoas vão ser também cruciais para incrementar o transporte de cargas de que os gaúchos tanto necessitam nesse período de retomada”, afirma Rafael Araújo, diretor executivo de planejamento da Gol.

“As operações em Canoas vão ser cruciais para transportar cargas”
— Rafael Araújo A

Latam disse que iniciará em 27 de maio a sua operação comercial em Canoas. Os bilhetes já estão disponíveis para o seu voo diário na rota Guarulhos-Canoas-Guarulhos e os cinco voos semanais (exceto quartas e sábados) na rota Congonhas-Canoas-Congonhas.

“A Latam reforça que a operação comercial na Base Aérea de Canoas (RS) é temporária e excepcional, em função dos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul. Desta forma, a companhia pede a compreensão e atenção dos passageiros sobre as características atípicas dessa operação na comparação com um aeroporto comercial”, informou a aérea em nota.

Já a Azul anunciou uma operação regular a partir de 1º de junho, com possibilidade de antecipação. Os voos acontecerão diariamente de/para o Aeroporto de Viracopos, de onde os clientes poderão se conectar com outros voos da companhia.

A operação partirá do Aeroporto Internacional de Viracopos, principal hub da companhia, às 8h15, chegando em Canoas às 10h. Os voos de retorno partirão às 11h30, com chegada prevista às 13h15, em Campinas, com aeronaves Embraer E1-195.

“Vale destacar que, desde o mês passado, a companhia reforçou sua operação com voos extras para aeroportos alternativos no Estado: Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana, com saídas de Viracopos e Curitiba”, disse, em nota.

As companhias aéreas alertaram que diante do procedimento diferenciado, os clientes devem chegar com bastante antecedência - pelo menos três horas antes do horário de decolagem.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/05/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PROJETO PROÍBE EMPRESAS DE CONCEDER FÉRIAS A TRABALHADOR MARÍTIMO DURANTE PERÍODO DE FOLGA

Da Redação NAVEGAÇÃO 22/05/2024 - 18:15



Jonas Donizette, autor da proposta

O Projeto de Lei 1392/24 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para proibir empresas de concederem férias ao trabalhador marítimo em período coincidente, total ou parcialmente, com as folgas. A Câmara dos Deputados analisa a proposta.

Segundo o texto, o gozo de folga em período que coincide com férias do trabalhador marítimo configura ilícito à convenção ou

acordo coletivo de trabalho.

Autor do projeto, o deputado Jonas Donizette (PSB-SP) lembra que, normalmente, a jornada dos trabalhadores marítimos é intensa. “Os marítimos têm a cada jornada de trabalho um período igual de folgas, por exemplo, os que trabalham 180 dias no mar, ficam 180 dias em terra entre folgas e férias”, explica o autor.

“Ocorre que muitas empresas concedem férias aos marítimos dentro dos períodos de folgas inerentes à escala de serviços. Desse modo, na prática os tripulantes nunca gozam das férias devidas em relação ao período aquisitivo”, acrescenta.

Próximos passos

A proposta será ainda analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 22/05/2024

INFRA S.A. SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PELT DE SANTA CATARINA

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 22/05/2024 - 18:14

Nesta terça-feira (21), a Infra S.A. e o governo de Santa Catarina anunciaram a autorização de contratação da empresa para a elaboração do Plano Estadual de Logística de Transporte (PELT) do estado.

O documento contará com uma análise detalhada sobre os diferentes modais de transporte e o planejamento futuro de investimentos que possam atender as demandas da economia catarinense a longo prazo.

O diretor de planejamento da Infra S.A., Cristiano Della Giustina, destacou a importância do documento para o estado.

“A elaboração do Plano é um processo criterioso, preciso e estratégico. O diagnóstico irá fundamentar as ações tomadas visando o crescimento do estado. Santa Catarina é importante pela sua posição no país, com um grande litoral, grande extensão de rodovias, um grande fluxo de cargas pelo seu potencial industrial, pelo seu potencial de agricultura e de transporte de passageiros.”

O presidente da empresa, Jorge Bastos, comemorou o anúncio destacando a mudança positiva que o PELT irá trazer ao estado.

“Esse anúncio do governo demonstra o compromisso de Santa Catarina com o futuro da infraestrutura de transportes do estado. O Plano Estadual de Logística e Transporte será uma peça fundamental para que o desenvolvimento de uma rede de transportes moderna, sustentável resulte em investimentos para beneficiar toda a população”.

A Infra S.A. foi responsável pela elaboração do PELT Rondônia e atualmente desenvolve os Planos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2024

INFRA S.A. PUBLICA EDITAL PARA CONTRATAR CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/05/2024 - 18:12



A Infra S.A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, iniciou o processo para contratar serviços de consultoria técnica especializada em engenharia. O edital, publicado nesta segunda-feira (20), tem um orçamento aproximado de R\$ 206 milhões, dividido em seis lotes que atenderão diferentes frentes de trabalho da empresa.

Pelo edital, os produtos que serão entregues à estatal contemplam o suporte para elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) que viabilizarão novas concessões de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Entre os exemplos retirados do edital estão estudos de mercado e demanda, estudos de tráfego, estudos de engenharia, estudos jurídicos, entre outros. Além da consultoria para os EVTEAs, outro lote do edital prevê a contratação de produtos que auxiliarão a empresa nos serviços de planejamento da infraestrutura logística. É o caso dos Planos Estaduais de Transporte e Logística (PELT), ofertados aos estados e dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), que traçam as estratégias e ações para expansão dos complexos portuários do país.

O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, destaca que as contratações darão mais celeridade à empresa. Atualmente, mais 60 projetos listados no Novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) estão sob a responsabilidade da empresa.

“Estamos trazendo eficiência e expertise do mercado privado aos projetos em curso e que serão iniciados na empresa. Vamos avançar na elaboração de estudos que resultarão em investimentos importantes para o país. Todos os produtos entregues pelas consultorias passarão pela avaliação da equipe técnica da Infra S.A”, disse.

Projetos Ferroviários

Outra demanda que será atendida pelo contrato é a necessidade de elaboração e revisão de projetos de engenharia para ferrovias, uma das prioridades do Ministério dos Transportes. Entre as atividades previstas está o levantamento de custos e estudos de campo.

Inovação e sustentabilidade

A contratação também irá atender a Infra S.A. na elaboração de soluções voltadas para o desenvolvimento do setor de transportes e na construção de novos modelos de negócios para a empresa. Ações para o avanço de soluções sustentáveis para os projetos da empresa também estão previstas no edital.

Transparência

Para levar mais transparência e conformidade ao processo licitatório, a Diretoria de Administração e Finanças da Infra S.A. solicitou à Controladoria Geral da União (CGU) uma consultoria sobre o edital e os documentos técnicos necessários para a contratação. A iniciativa repete o que foi realizado em outro edital da empresa (Obras da FIOLE II). Segundo a diretora de Administração e Finanças, Elisabeth Braga, repetir a parceria com a CGU traz mais transparência e conformidade ao processo.

Consórcio

Segundo o edital, os interessados em participar da disputa podem formar consórcios de até três empresas. Além disso, um mesmo consórcio só poderá assumir no máximo dois lotes, exceto o vencedor do lote voltado para as atividades referentes ao de meio ambiente. Isso porque a área atua projetos que contemplam todas as demais superintendências da empresa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2024

PORTO DE FORTALEZA REINICIA OPERAÇÕES COM LINGOTES DE ALUMÍNIO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/05/2024 - 18:11



O Porto de Fortaleza recebeu, nesta terça-feira (21/05), 500 toneladas de lingotes de alumínio — material produzido pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) e transportado em 12 caminhões.

A operação continuará pelas próximas três semanas, quando a carga alcançará a marca de 5 mil a 8 mil toneladas.

A carga de lingotes de alumínio será exportada entre os dias 10 e 15 de junho, para o Porto de Trieste, na Itália. A embarcação responsável pelo transporte será a "Mvunistar" que virá da Guiana.

Ecobrasil

O presidente da Companhia Docas do Ceará, Lucio Gomes, destacou os pontos que contribuíram para a escolha da empresa exportadora pelo Porto de Fortaleza para a movimentação da carga. "O Porto de Fortaleza conta com uma área alfandegada com espaço suficiente para armazenar as toneladas de alumínio que serão exportadas, além de também disponibilizar berços bem equipados para a atracação dos navios", disse.

O Porto de Fortaleza movimentou 45 mil toneladas de lingotes de alumínio, em 2023. A carga foi transportada em quatro navios para os principais portos da Europa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2024

DIRETORIA COLEGIADA PERMITE ALTERAÇÃO SOCIETÁRIA DO CONTRATO PROVISÓRIO DO PORTO DE ITAJAÍ (SC)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/05/2024 - 18:11



Seara, do grupo JBS, passa a assumir o controle da empresa Mada Araújo Asset & Port Management Ltda. com 70% das cotas societárias

Na última terça-feira (21), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou, em decisão ad referendum, a alteração societária do contrato provisório de operação do Porto de Itajaí (SC).

Com a decisão da Diretoria Colegiada, que acompanhou parecer técnico da área de regulação da Agência, a empresa Seara passa a assumir o controle da titular do contrato, Mada Araújo Asset & Port Management Ltda., com 70% das cotas societárias.

O pleito havia sido encaminhado para análise e manifestação da ANTAQ pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) na terça-feira, 14 de maio.

De acordo com a deliberação, a transferência do controle societário deverá ser concluída em até 180 dias, a contar da data de terça-feira (21).

Contrato de arrendamento transitório

O contrato de arrendamento transitório do porto foi celebrado em dezembro de 2023, tendo por objeto o arrendamento, por 24 meses, de áreas e instalações portuárias, localizadas no Porto de Itajaí, destinadas à movimentação e armazenagem de carga containerizada e carga geral.

O objetivo do contrato foi restabelecer as operações do porto de forma célere até que seja concluído o processo de concessão da infraestrutura do porto, que já teve início com a realização de audiência pública.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2024

MOVIMENTO ACUMULADO DO PORTO DE SANTOS CRESCE 13,5% E ATINGE 57 MILHÕES ATÉ ABRIL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/05/2024 - 18:10



em abril de 2024.

Os embarques de açúcar são o grande destaque no quadrimestre, com crescimento de 88,3%

O Porto de Santos apresenta em 2024 um crescimento de 13,5% na movimentação de cargas em relação aos quatro primeiros meses do ano passado, somando 57 milhões de toneladas, recorde para o período. O movimento mensal de cargas em abril também foi a maior marca para aquele mês, atingindo 14,7 milhões de toneladas, 7,0% acima do verificado

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, comemora o resultado: "Teremos investimentos públicos da ordem de R\$ 10 bilhões para fazer frente à expansão do Porto de Santos diante da demanda cada vez mais forte da movimentação de cargas", disse.

Os embarques cresceram 15,8% no primeiro quadrimestre (42,3 milhões de toneladas) e as descargas 7,3% (14,6 milhões de toneladas). No mês de abril os embarques somaram 11,2 milhões de toneladas (+11,1%) e as descargas apresentaram redução de 4,4%, atingindo 3,4 milhões de toneladas.

O expressivo crescimento nos embarques de açúcar é o grande destaque na pauta de exportações. A commodity soma 7,2 milhões de toneladas no acumulado do ano, crescimento de 88,3% e 1,0 milhão de toneladas no mês (+ 48,8%). O café em grãos também se sobressaiu, atingindo 818,4 mil toneladas embarcadas no quadrimestre (+60,3%) e 226,8 mil toneladas no mês de abril (+97,0%). A celulose apresentou boa performance no mês, atingindo 841,3 mil toneladas (+26,7%) e mantendo o volume anual em 2,6 milhões de toneladas (+0,2%). O farelo de soja cresceu 21,5% no acumulado do ano (3,1 milhões de toneladas) e 31,5% no mês (1,0 milhão de toneladas).

O desempenho da carga containerizada também foi um dos principais destaques, com aumento de 14,6% no mês (450.509 TEU – unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), elevando o movimento acumulado no quadrimestre em 19% (1,72 milhões de TEU), ambos a maior marca para os períodos, movimentando 19,1 milhões de toneladas até abril de 2024, 30,8% acima do mesmo período de 2023.

Os granéis sólidos somaram 28,5 milhões de toneladas no acumulado do ano, um crescimento de 7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, caracterizando-se como a maior marca acumulada nesse quadrimestre, tendo como carro chefe o açúcar e a soja peletizada.

Os granéis líquidos atingiram 6,4 milhões de toneladas, aumento de 9,2% e melhor marca acumulada no período, puxados, principalmente, pela gasolina (+40,3%), óleo combustível (+23,9%) e álcool (+22,4%), frente ao mesmo período do ano passado.

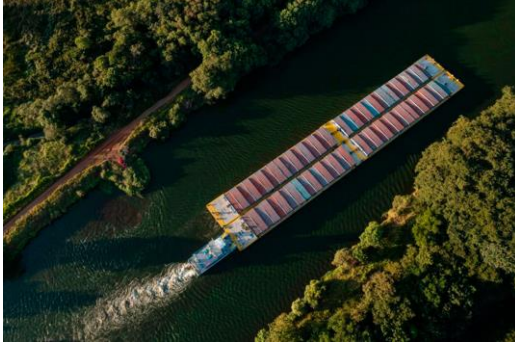
O fluxo de navios nos quatro primeiros meses do ano subiu 6,4%, totalizando 1.833 atracações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2024

FMM TEM 'BOOM DE NOVOS PROJETOS', AFIRMA DINO BATISTA

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 21/05/2024 - 21:23



Arquivo/Divulgação

Secretário nacional de hidrovias e navegação destacou apresentação de pleitos para construção de embarcações de navegação interior e para outros segmentos

O secretário nacional de hidrovias e navegação, Dino Batista, disse que o Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem uma pauta gigantesca a partir da apresentação de novos projetos. Batista, que em abril foi designado para presidir o CDFMM, destacou que o conselho diretor do fundo setorial vem recebendo, desde 2023, um 'boom' de novos projetos. Ele lembrou que, até o ano passado, o fundo estava majoritariamente sendo utilizado para manutenção de embarcações.

"Desde o ano passado, começamos a receber uma quantidade gigantesca de projetos para construção de novas embarcações", afirmou o secretário, na última sexta-feira (17), durante o evento Centro-Oeste Export. Na ocasião, ele citou projetos com prioridade para construção de 400 barcas e empurradores para a hidrovia do Paraguai, que representam mais de R\$ 4 bilhões a serem investidos.

Batista acrescentou que o FMM recebeu projetos para o financiamento de outras novas dezenas de barcas e empurradores para navegação nas hidrovias do Madeira e do Tapajós. "Esse ano foi da navegação interior, em termos de entrada de projetos no FMM. Todos eles já estão priorizados e acompanhamos com o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]", destacou.

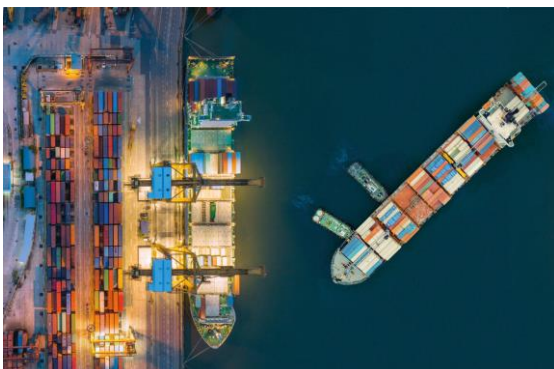
O secretário contou que o banco de fomento foi o agente financeiro escolhido para essas operações, que estão próximas de serem contratadas. Batista considera que as atividades do setor de petróleo e gás estão voltando com força. Ele ressaltou ainda a possibilidade de utilização de recursos do FMM para infraestrutura portuária. "Estamos muito satisfeitos com a retomada da indústria naval, muito pujante no setor da navegação interior, mas também em outros segmentos", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/05/2024

TECNOLOGIA E TREINAMENTOS SÃO DESAFIOS PARA CIBERSEGURANÇA NOS PORTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 21/05/2024 - 20:21



Arquivo/Divulgação

Durante audiência sobre revisão do marco regulatório do setor portuário, advogado alertou para necessidade de investimentos e critérios em licitações para garantir proteção de informações estratégicas de operadores

Investimentos em tecnologia e em capacitação para aumentar a cibersegurança estão entre os principais desafios do setor portuário mundial. Para o diretor executivo da Maritime Law Academy (MLA), Bruno



Eduardo Budal Lobo, os portos já contam com forte controle no acesso físico, mas é preciso ampliar o olhar do ponto de vista tecnológico. Lobo observa que hoje, em algumas licitações para fazer contratação de prestadores de serviço para cibersegurança em portos brasileiros, acontece o mesmo problema de outras licitações: considerar somente o melhor preço, sem adoção de critérios técnicos mínimos.

"Às vezes, é feito um procedimento inteiro, que não tem como gastar menos de R\$ 100 mil, e tem gente vendendo aquela série de treinamentos por R\$ 10 mil. Isso não vai resultar em nada, é basicamente um certificado para dizer que fez. Só que dizer que fez é complicado quando um terminal inteiro fica parado porque teve sequestro de dados ou algo do gênero", disse Lobo, em audiência pública recente promovida pela Câmara de Vereadores de Itajaí (SC) sobre a revisão legal da exploração dos portos e instalações portuárias.

Durante o evento, Lobo entregou um levantamento sobre pesquisas a respeito do tema para subsidiar as discussões para fortalecer o marco regulatório do setor portuário (Lei 12.815/2013), que passa por atualização. Na ocasião, ele ressaltou que tudo que acontece no porto é questão de segurança nacional e que não é diferente com os dados e informações que circulam dentro dessas instalações. "Esse é um tópico muito sério, que vai resultar em problemas catastróficos, enquanto continuarmos ignorando", disse o advogado, do escritório Lobo & Vaz Associados.

Especialistas vêm apontando, nos últimos anos, que a maturidade do setor portuário nesse tema ainda é baixa. "Enquanto entidades preocupadas com segurança nacional, estamos totalmente despreocupados com o fenômeno principal que faz com que as dinâmicas de negócios ocorram mais rápido: internet, computação e a circulação de informação. Dá para notar que estamos com um problema sério a ser resolvido", alertou Lobo.

Lobo mencionou um incidente grave de cibersegurança em portos na Austrália em 2023, quando a DPW, responsável por grande parte dos portos australianos, ficou inoperante por alguns dias por causa do sequestro de dados. À época, foram afetados portos em Sydney, Melbourne, Brisbane e Fremantle. No mesmo ano, um sequestro de informações interrompeu por dois dias as atividades no Porto de Nagoya, no Japão.

O diretor da MLA acredita que os custos para evitar ataques cibernéticos devem ser considerados investimentos, na medida em que eles podem evitar grandes crises operacionais. Ele lembrou que os Estados Unidos anunciaram um programa de investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões, o equivalente a R\$ 1 trilhão, para a troca de guindastes portuários, a fim de melhorar a cibersegurança. A estratégia ocorreu após o país ter identificado equipamentos de espionagem nos guindastes.

O advogado também citou um artigo científico desenvolvido pelo pesquisador tailandês Chalermpong Senarak sobre cibersegurança portuária e ameaças, que tratou sobre a busca por um modelo estrutural para prevenção e desenvolvimento de políticas. Com base em análises com portos e entidades vinculadas aos portos tailandeses, o pesquisador apontou algumas falhas em comum identificadas.

Um dos aspectos catalogados, salientou o advogado, é que os dados de todos que circulam no porto, não somente dos operadores, estão à disposição de qualquer pessoa se não houver segurança cibernética consistente. "Se não tem treinamento, se não faz um compliance e se não executa treinamentos consistentes, não tem como evitar o processo de engenharia social, extremamente comum para iniciar um hacking", apontou Lobo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/05/2024

EMBARCAÇÃO MOVIDA A HIDROGÊNIO RECEBE APROVAÇÃO DA GUARDA COSTEIRA AMERICANA

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 21/05/2024 - 19:40



Após quase cinco anos de desenvolvimento e vários atrasos, o primeiro navio comercial movido a hidrogênio nos Estados Unidos recebeu a aprovação da Guarda Costeira dos EUA para entrar em serviço. Desenvolvido por uma startup chamada SWITCH Maritime, o navio catamarã "Sea Change" para 75 passageiros foi apresentado na última sexta-feira com seu Certificado de Inspeção do Setor da Guarda Costeira de São Francisco.

Com o certificado, o navio pode agora iniciar a operação comercial para um serviço público de ferry com emissões zero. Após um evento formal de lançamento em junho, o "Sea Change" será operado em um serviço piloto de seis meses pela Autoridade de Transporte de Emergência Aquática da Área da Baía de São Francisco (WETA). Após o período inicial de demonstração, a SWITCH colocará a embarcação numa rota de ferry mais permanente.

"Este COI representa o culminar de anos de estreita colaboração com a Guarda Costeira dos EUA e um marco significativo para a indústria marítima, demonstrando a viabilidade de embarcações neutras em carbono", disse Pace Ralli, CEO da SWITCH.

O "Sea Change" usa células de combustível de hidrogênio para alimentar motores totalmente elétricos em distâncias de trânsito de até 300 milhas náuticas e velocidades de até 15 nós. Construído e lançado no estaleiro All American Marine em Bellingham, Washington, em agosto de 2021, o "Sea Change" é uma balsa catamarã de 21 metros projetada por Incat Crowther.

A embarcação possui um sistema integrado de energia a hidrogênio da Zero Emission Industries, com 360 kW de células de combustível da Cummins e 600 kW de propulsão por motor elétrico da BAE Systems. Seus tanques da Hexagon Purus têm capacidade para 242 quilos de hidrogênio armazenado na forma gasosa no convés superior a uma pressão de 250 bar.

Até agora, existem apenas alguns navios movidos a hidrogênio no mundo, embora os apoios destaquem o potencial da indústria. Fundada em 2018, a SWITCH Maritime desenvolve, financia, constrói e aluga embarcações marítimas com emissão zero para operadores existentes nos EUA e internacionalmente. A SWITCH informou que está trabalhando ativamente em projetos de expansão adicionais para balsas com emissão zero de 150, 300 e 450 passageiros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/05/2024

MAERSK PEDE À UE UMA DATA FINAL PARA CONSTRUÇÕES BASEADAS EM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Da Redação NAVEGAÇÃO 21/05/2024 - 19:39



Numa publicação que apresenta as suas recomendações políticas para os próximos cinco anos a nível da União Europeia (UE), a AP Moller – Maersk apresentou uma série de medidas para apoiar a descarbonização marítima, incluindo uma proposta de data final para a construção de novos navios que usem exclusivamente combustíveis fósseis.

A Maersk preferiria que as iniciativas de transição energética fossem introduzidas a nível mundial, por iniciativa da Organização Marítima Internacional (IMO), mas sugeriu que a UE poderia assumir a liderança.

"Embora uma data final deva idealmente ser de natureza global, a Europa poderia introduzir uma versão regional", informou a Maersk em nota.

"Esta medida deve visar navios construídos após uma determinada data que só possam utilizar combustíveis fósseis e proibi-los de fazer escala nos portos europeus. Isto ajudará os armadores e os fornecedores de energia a fazer investimentos em novos navios e infraestruturas de abastecimento de combustível para acelerar a transição energética", afirmou a companhia.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 21/05/2024

TRANSNORDESTINA: EDITAL DA INFRA S.A. PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETO RECEBE NOVE PROPOSTAS

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 21/05/2024 - 19:38*

Na segunda-feira (20), a Infra S.A. abriu as propostas referentes ao edital para contratação do projeto básico/executivo para viabilizar o trecho de 520 quilômetros da ferrovia Transnordestina, no estado de Pernambuco. Ao todo, a estatal recebeu nove propostas. A primeira colocada é a empresa Geosistemas Engenharia e Planejamento LTDA. A documentação exigida no Edital ainda será avaliada pela estatal.

O edital foi publicado pela Infra S.A. em abril e é a primeira contratação após 14 anos para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia de novos trechos ferroviários e destinada à implementação de obras públicas. Pelo edital, a primeira etapa do projeto, visando a execução de 55 quilômetros de linha férrea, será entregue quatro meses após a assinatura do contrato.

Na prática, isso possibilitará que a Infra S.A. inicie a licitação para as obras assim que o projeto básico/executivo seja aprovado. O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, destaca que o modelo traz celeridade para o projeto que será custeado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Lista propostas apresentadas por ordem de Classificação

1. Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda: R\$ 12.406.488,85 – Convocada para apresentar documentação.
2. Estrategica Engenharia Ltda.: R\$ 15.217.431,06
3. Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.: R\$ 16.471.259,52
4. KI – Serviços de Engenharia S.A: R\$ 19.829.535,10
5. Engespro Engenharia Ltda.: R\$ 19.946.282,81
6. TPF Engenharia Ltda.: R\$ 20.685.758,88
7. R. Peotta Engenharia e Consultoria Ltda: R\$ 21.663.580,95
8. Eagle Consultoria Economica e de Engenharia Ltda.: R\$ 22.584.326,57
9. Strata Engenharia Ltda.: R\$ 24.569.761,87

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 21/05/2024

ARTIGO - SALDO DE ICMS DECORRENTE DE EXPORTAÇÃO - BENEFÍCIOS PARA EMPRESAS EXPORTADORAS

Por *Leidilane Lino Santos OPINIÃO 21/05/2024 - 19:38*



As empresas, devido à natureza de suas atividades, podem acumular créditos de ICMS. O fato de ser predominantemente exportadora, por exemplo, que, em razão da aquisição de mercadorias ou insumos tributados pelo ICMS e a subsequente operação de exportação sem incidência desse imposto, acabam por gerar um saldo credor de ICMS.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 em seu art. 155, §2º, X, "a", garante não apenas a manutenção do saldo credor decorrente de exportação, mas também o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações que destinem mercadorias para o exterior.



Ademais, a Lei Kandir, LC 87/96, em seu art. 25, §1º, prevê que inclusive produtos primários e produtos industrializados, semielaborados ou serviços, havendo saldo remanescente, possam ser transferidos aos demais estabelecimentos do contribuinte ou até mesmo para empresas de terceiros, desde que estejam no mesmo estado da federação.

Assim, contribuintes com saldo acumulado de ICMS, como é o caso dos exportadores, podem solicitar a habilitação do crédito acumulado, que passa por uma rigorosa fiscalização. Após homologados, o montante aprovado é disponibilizado para transferência.

A transferência se dá mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito. Os estados de São Paulo e Paraná, por exemplo, possuem legislação e sistemas próprios para realização do credenciamento dos contribuintes, habilitação dos créditos acumulados, controle da transferência e utilização do crédito, sendo eles o e-CredAc (Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Crédito Acumulado) e o SISCREC (Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados) respectivamente.

Para que seja possível a utilização dos créditos, é necessário que o contribuinte realize o cadastro no sistema correspondente do seu estado, na condição de transferente ou de destinatário de crédito.

Uma vez credenciados no respectivo sistema do estado, o contribuinte estará apto a adquirir, transferir e utilizar os créditos que poderão ser aproveitados de várias formas, como por exemplo:

- Liquidação integral de débito de ICMS inscrito em dívida ativa ou objeto de lançamento de ofício
- Pagamento desvinculado de conta gráfica
- Aquisição em licitação pública
- Apropriação de crédito (GIA/ICMS)

Outra vantagem atrativa na utilização dos créditos, é a presença de diversos contribuintes no mercado, que em razão de possuírem volumes consideráveis de créditos já homologados e prontos para transferência e por não gerarem débitos suficientes em suas saídas para compensar integralmente os créditos de ICMS registrados em suas entradas, ofertam a transferência de tais créditos com percentual de deságio elevado, podendo ultrapassar 30% sobre o montante adquirido, representando uma oportunidade financeira vantajosa.

Além disso, uma alternativa eficaz para aproveitar o saldo credor acumulado de ICMS é compensá-lo com o ICMS devido no processo de desembaraço aduaneiro de importações. Mesmo na ausência de importações diretas, é viável realizar importações por encomenda para terceiros. A obtenção de um regime especial junto à SEFAZ viabiliza o pagamento do ICMS devido no desembaraço aduaneiro utilizando o crédito acumulado, tornando-se uma opção prática e eficiente para utilizar esses créditos parados.

Diante do contexto econômico atual, onde as empresas enfrentam uma carga tributária excessiva, é fundamental ressaltar que qualquer economia de impostos é significativa e merece ser considerada. De modo que a utilização dos créditos acumulados emerge como uma excelente alternativa, pois pode proporcionar ganhos financeiros significativos.

Entretanto, é importante destacar que, apesar de a princípio os créditos gerados na atividade de exportação, terem prioridades sobre os demais, há um limite de utilização do crédito acumulado recebido em transferência por parte da empresa que irá utilizá-lo para abater do seu saldo devedor.

Existem também, limitações por parte dos estados quanto às possibilidades de transferência dos créditos. Em regra, elas devem ocorrer em um período anual determinado chamado "janela de transferência", que costuma fechar nos primeiros 3 a 4 meses do ano. Normalmente o fisco estipula um percentual mínimo de utilização mensal que garante aos cofres públicos manter a sua arrecadação. Isto faz com que nem todo o crédito recebido em transferência possa ser utilizado.



Em síntese, é fundamental consultar o Regulamento de ICMS de cada estado para verificar as permissões específicas, lembrando que qualquer compensação deve ser respaldada por despacho decisório concessivo ou regime especial emitido pela SEFAZ para a compensação dos créditos.

Leidilane Lino Santos é advogada no escritório Cristiano José Baratto Advogados

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 21/05/2024

TCP E CLIMATEMPO RENOVAM PARCERIA PARA MONITORAMENTO DE CONDIÇÕES CLIMÁTICAS NA BAÍA DE PARANAGUÁ

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 21/05/2024 - 19:37



A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, renovou sua parceria com o serviço de meteorologia Climatempo para obter dados precisos sobre as condições climáticas nas regiões da Baía de Paranaguá e de Ortigueira, localidades onde estão instalados os terminais da companhia.

A parceria estabelecida desde fevereiro de 2021 permite ao terminal ter acesso ao Sistema de Monitoramento e Alerta Climatempo (SMAC), que disponibiliza dados meteorológicos em períodos de curto, médio e longo prazo. O gerente de segurança do trabalho, saúde e meio ambiente da TCP, Kayo Zaiats, explica que “para garantir a segurança dos colaboradores, assim como a integridade dos equipamentos do terminal e dos bens de nossos clientes, é necessário a realização deste monitoramento, pois ventos fortes, chuvas intensas e quedas de raios podem interromper as operações portuárias”.

Como parâmetro, o terminal adota protocolos específicos para avaliar as condições climáticas seguras para as operações portuárias. Por exemplo, quando há a previsão de ventos fortes, entre 35 e 54 quilômetros por hora, a equipe de operações da TCP fica em estado de atenção. Caso a meteorologia informe ventos acima de 54 quilômetros, a operação fica em estado de alerta.

“A medição desses e de outros parâmetros climáticos é executada por meio de diversas ferramentas, incluindo dados de estações meteorológicas e radares, imagens de satélite, modelagem, e também conta com a expertise de nossa equipe de meteorologistas, que estão disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, sempre à disposição da TCP”, destaca Jéssica Mendes, meteorologista e executiva de contas da Climatempo.

Além de fornecer boletins diários com as previsões para os próximos cinco dias e emitir históricos detalhado de dados para referências futuras, o sistema de monitoramento também envia informações e alertas de forma automatizada via SMS, whatsapp, e-mail e notificações por push para as equipes do terminal.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 21/05/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : *InforMS*

Data: 22/05/2024